



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
COLEGIADO DO CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**EDENICE FREITAS VASCONCELOS
FAELLA OLIVEIRA FRANCO SOARES
MELINA MOREIRA DE SOUSA DA SILVA**

**AS MULHERES QUE ATUAM NA LIMPEZA PÚBLICA NA CIDADE DE MACAPÁ:
TRABALHO, GÊNERO E EXCLUSÃO SOCIAL**

**Macapá-Amapá
2010**

**EDENICE FREITAS VASCONCELOS
FAELLA OLIVEIRA FRANCO SOARES
MELINA MOREIRA DE SOUSA DA SILVA**

**AS MULHERES QUE ATUAM NA LIMPEZA PÚBLICA NA CIDADE DE MACAPÁ:
TRABALHO, GÊNERO E EXCLUSÃO SOCIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Examinadora da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP, como exigência parcial à obtenção do grau de Bacharelado e Licenciatura em Ciências Sociais.

Orientador: Professor Dr. Manoel De Jesus De Souza Pinto

**Macapá-Amapá
2010**

Copyright@ Fundação Universidade Federal do Amapá

Professor Doutor José Carlos Tavares Carvalho
Reitor da Fundação Universidade Federal do Amapá

Professor Antônio Sérgio Monteiro Filocreão
Vice-Reitor da Fundação Universidade Federal do Amapá

Professor Rauliette Diana Lima e Silva
Coordenadora do Curso de Bacharelado e Licenciatura em Ciências Sociais

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Central da Universidade Federal do Amapá

Vasconcelos, Edenice Freitas

As mulheres que atuam na limpeza pública na cidade de Macapá: trabalho, gênero e exclusão social / Edenice Freitas Vasconcelos; Faella Oliveira Franco Soares; Melina Moreira de Sousa da Silva; orientador Manoel de Jesus de Sousa Pinto. Macapá, 2010.

68f.

. III. Pinto, Manoel de Jesus de Sousa (orient.). IV. Fundação Universidade Federal

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Fundação Universidade Federal do Amapá, Coordenação do Curso de Bacharelado e Licenciatura em Ciências Sociais.

1. Mulher – Mercado de trabalho. 2. Trabalho – Relações de gênero. 3. Gari - Profissão. I. Soares, Faella Oliveira Franco. II. Silva, Melina Moreira de Sousa da do Amapá. V. Título.

CDD. 22.ed. 305.4098116

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
COLEGIADO DO CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**ATA DA SESSÃO DE AVALIAÇÃO DO TRABALHO
DE CONCLUSÃO DE CURSO**

O Trabalho de Conclusão de Curso intitulado: **As mulheres que atuam na limpeza pública na cidade de Macapá: trabalho, gênero e exclusão social**, elaborado por Edenice Freitas Vasconcelos- matrícula 200525032, Faella Oliveira Franco Soares - 200525202 e Melina Moreira de Sousa da Silva - 200325044, com matrícula, o qual foi apresentado e defendido em sessão pública de arguição e avaliação, em ____ de novembro de 2010, às _____, perante a Banca Examinadora formada pelos membros abaixo assinados, tendo obtido aprovação com a nota _____ (____),

Macapá-AP, ____ de Novembro de 2010.

BANCA EXAMINADORA

Professor Dr. Manoel de Jesus de Sousa Pinto
Orientador
Universidade Federal do Amapá – UNIFAP

Professor Msc. Raimundo de Lima Brito

Professor Msc. Richard Douglas Coelho Leão

Primeiramente a DEUS, pela força, a Ele toda honra, toda glória.

A minha família, meus pais, irmãos e avó, pelo apoio.

Aos meus amigos, pelo incentivo e oração.

(Edenice)

A DEUS, pela força e discernimento em minha vida.

Ao meu pai, Messias Franco, pelo apoio.

A minha mãe, Naza Silva, pela paciência.

Ao meu marido, Fernando Soares, pela constante compreensão.

(Faella)

À minha Mãe Evaneide, pelo afeto e motivação.

Ao meu Pai Marcos, pela dedicação e exemplo.

Aos meus irmãos, Rilkens e Jônata, pelo companheirismo e amizade.

Ao Eurivan pela força e carinho.

Ao meu tio João Balieiro de Souza (in memoriam) pelo incentivo que concedeu aos meus estudos.

(Melina)

AGRADECIMENTOS

A DEUS, criador de todas as coisas, a seu filho Jesus por se revelar tão presente e decisivo em nossas vidas.

Às nossas famílias, pelo apoio constante e verdadeiro.

Ao nosso orientador Professor Manoel De Jesus De Sousa Pinto, por sua disponibilidade e dedicação.

A Professora Rauliette Diana Lima e Silva, pelo incentivo e colaboração.

A Elenilde Freitas Vasconcelos Gaia, por sua amizade e estímulo.

A todas as trabalhadoras de Limpeza Pública da cidade de Macapá e à Empresa Enterpa na pessoa do Administrador Anderson Castro, importantes participantes que contribuíram para a realização deste trabalho.

“Não se nasce mulher. Torna-se uma.”

Simone Beauvoir, 1949

RESUMO

Esta pesquisa objetiva traçar o perfil das mulheres que atuam na limpeza pública na cidade de Macapá. Através de um breve estudo sobre a história da inserção da mulher no mercado de trabalho, a pesquisa apresenta à sociedade as trabalhadoras que contribuem para a manutenção da limpeza na cidade de Macapá. Ao observarmos o passado histórico da mulher, deparamo-nos com submissão, impotência social, preconceitos no trabalho. Apesar das mudanças ocorridas, ainda existe muito preconceito contra aquelas que estão no mercado de trabalho, principalmente contra aquelas trabalhadoras que atuam na limpeza pública. Na atualidade, a mulher, além de ser maioria da população brasileira, exibe o maior número de anos de estudo, de acordo com o IBGE 60% dos concluintes do Ensino Superior são do sexo feminino. As mulheres desempenham atualmente um papel muito mais relevante do que os homens no crescimento da população economicamente ativa (PEA). Com a Primeira Guerra Mundial, muitas mulheres assumiram o lugar de seus maridos que iam para as frentes de batalha, encarregando-se dos negócios da família e a posição dos homens no mercado de trabalho. A dupla jornada feminina é objeto de análise de Priore e Bassanesi (2000) na obra História das Mulheres no Brasil, segundo eles as mulheres que trabalhavam nos cafezais, séc. XIX, viviam uma dupla jornada, pois aproveitavam as noites e as madrugadas para o serviço doméstico. A jornada de trabalho feminina acabava sendo maior que a do homem. Ainda hoje a mulher vive essa dupla jornada, fato observado na vida das mulheres garis. Diante desse contexto, traçamos o perfil das mulheres que atuam na limpeza pública na cidade de Macapá. A pesquisa inicia-se com um breve comentário sobre a ascensão da mulher no mercado de trabalho, aspectos históricos da (des) valorização do trabalho feminino, feminismo: a emancipação pela educação, lutas e conquistas, segue com as abordagens que tratam da relação de gênero e trabalho e termina com a pesquisa sobre as mulheres que atuam na limpeza pública da cidade de Macapá. A técnica de pesquisa adotada foi a qualitativa, sendo realizado um levantamento de dados através de questionários com perguntas diretas e indiretas, abordando aspectos da identificação pessoal, habitação, escolaridade, renda familiar, preconceitos e aspectos da exclusão social sofrida por essas trabalhadoras.

Palavras-chaves: Trabalho; Mulher; Gênero; Preconceito.

ABSTRACT

This research focus delineate the woman's profile working at public sanitation in Macapá city. Through a simple study about the insertion woman's work-market history, we started a research that presents to the society those workers which contributes to the city's cleansing. When we looked back on the women's history, we found out that it had so much submission, social impotence, job's preconception, and so on. Despite changes occurred through the years, yet there's so much preconception against the women at work-market, mainly the ones working at public sanitation. Currently, the woman, besides represent mostly Brazilian's population, it has a bigger number of years studying, accord to IBGE 60 % of people concluding the college, they are women. This female public perform currently a very important role, more even than men about the economic population's growth. By the time of the 1^a and 2^a world war, so many women did assume the place of men when it was necessary because of the battle's war, taking care of the families business and the men's position on the market. This double female journey is the principal subjective at Priore and Bassanesi's analysis, when they write about Women Brazilian History. According to the mentioned book, women that worked on the coffee fields, century XIX, they lived a double work's journey, using nights and dawning to the domestic service. The female work journey were harder than the men's journey. Even today, the woman live that double journey, and this fact were also observed on the public sanitations female. Before this context, we delineate a profile for that women working at public sanitation at macapa city. The research start with a simple comment about the evolution of woman on the work-market, history aspects focusing the women's work valorization, feminism: the emancipation by education, combat and conquests, and it continues with approach that aim the gender and work relation and finishes with a research about women that work at public sanitation in Macapá. About the technique used on this monograph we had qualitative research, considering a survey through questionnaire with direct and indirect questions, broaching personal identification aspects, habitation, and schooling, familiar incomes, preconceptions and social exclusion aspects suffered by those female workers.

key-words: Work, Women, Gender, Preconceptions.

LISTA DE SIGLAS

CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
FCC	Fundação Carlos Chagas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBOPE	Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística
IGV-SP	Fundação Getúlio Vargas
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPI	Instrumento de Proteção Individual
OIT	Organização Internacional do Trabalho
UNIFEM	Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher

LISTA DE TABELA E GRÁFICOS

TABELA 1- Alguns Dados das Trabalhadoras.....	41
GRÁFICO 01 – Naturalidade.....	42
GRÁFICO 02 – Faixa Etária.....	42
GRÁFICO 03 – Estado Civil.....	43
GRÁFICO 04 – Tempo de Serviço.....	44
GRÁFICO 05 – Tipo de Moradia.....	45
GRÁFICO 06 – Residência.....	46
GRÁFICO 07 – Renda Familiar.....	46
GRÁFICO 08 – Escolaridade.....	47
GRÁFICO 09 – Cuidados com a Saúde.....	48
GRÁFICO 10 – Renda Mensal.....	49
GRÁFICO 11 – Satisfação Profissional.....	50
GRÁFICO 12 – Condições de Trabalho.....	51
GRÁFICO 13 – Trabalho Reconhecido pela Sociedade.....	52
GRÁFICO 14 – Mulher Vaidosa.....	53
GRÁFICO 15 – Futuro Profissional e Sonhos.....	54

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1- A ASCENSÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO	16
1.1- ASPECTOS HISTÓRICOS: (DES) VALORIZAÇÃO DO TRABALHO FEMININO E SUA ASCENSÃO.....	16
1.2- CAMINHOS PARA A ASCENSÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO.....	19
1.3- FEMINISMO: EMANCIPAÇÃO PELA EDUCAÇÃO.....	21
1.4- LUTAS E CONQUISTAS.....	24
2- ABORDAGENS QUE TRATAM DA RELAÇÃO DE GÊNERO E TRABALHO	28
2.1- RELAÇÕES DE GÊNERO E EXCLUSÃO SOCIAL.....	28
2.2- MULHER E TRABALHO.....	31
2.3.- A FORÇA DE TRABALHO DAS MULHERES NO BRASIL.....	32
2.4- A MULHER NO MERCADO FORMAL DE TRABALHO.....	34
3- AS TRABALHADORAS DE LIMPEZA PÚBLICA COMO OBJETO DE ANÁLISE	37
3.1- GARI: A ORIGEM DA PALAVRA E PROFISSÃO.....	37
3.2- A EMPRESA ENTERPA.....	38
3.3- CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS.....	39
3.4- APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....	40
3.4.1- QUEM SÃO AS TRABALHADORAS.....	40
3.4.1.1- NATURALIDADE.....	42
3.4.1.2- FAIXA ETÁRIA.....	42
3.4.1.3- ESTADO CIVIL.....	43
3.4.1.4- TEMPO DE SERVIÇO.....	44
3.4.1.5- TIPO DE MORADIA.....	45
3.4.1.6- RESIDÊNCIA.....	45
3.4.1.7- RENDA FAMILIAR.....	46
3.4.2 ESCOLARIDADE.....	46

3.4.3- CUIDADOS COM A SAÚDE.....	47
3.4.4- RENDA MENSAL.....	49
3.4.5- SATISFAÇÃO PROFISSIONAL.....	50
3.4.6- CONDIÇÕES DO TRABALHO.....	51
3.4.7- RECONHECIMENTO DO TRABALHO PELA SOCIEDADE.....	51
3.4.8- QUANTO À VAIDADE.....	53
3.4.9- FUTURO PROFISSIONAL E SONHOS.....	54
4- CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	56
5- REFERÊNCIAS.....	58
6- ANEXOS.....	63
6.1- QUESTIONÁRIO.....	64
6.2- ENTREVISTA.....	65
6.3- FOTOS.....	66

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos tem-se observado uma gradual ascensão da mulher no mercado de trabalho. No entanto, verifica-se que tal ascensão ocorreu por meio de longo e árduo processo no âmbito social e econômico. Foram muitos anos de embates contra preconceitos que ainda continuam a acompanhar a trajetória de conquistas das mulheres. Não obstante as conquistas realizadas, constata-se que muitos obstáculos ainda se fazem presentes. Tal afirmação pode ser vislumbrada quando a mulher busca sua integração no mercado de trabalho, isso porque, o tratamento fornecido a mulher em um ambiente de trabalho nem sempre é o mesmo dado ao homem, sendo que, muitas vezes, recebem por seus serviços uma remuneração menor que a do homem, mesmo exercendo a mesma função. Assim, transparece dessa forma, o preconceito materializado em sua remuneração salarial.

Verifica-se que, mesmo diante das dificuldades enfrentadas, a mulher ocupa diversas áreas antes jamais ocupadas pelo sexo feminino, um grande exemplo a ser lembrado é o da ministra do Supremo Tribunal Federal, Hellen Greyce, que chegou a exercer, inclusive, a presidência do citado Tribunal. Ressalta-se também, que no Brasil as mulheres são maioria entre os eleitores e já não precisam, como acontecia em 1932, da autorização de seus maridos para exercerem seu direito de votar. Deve-se lembrar que faz apenas 64 anos (desde 1946) que o voto feminino deixou de sofrer restrições.

Deve-se considerar que os avanços conquistados pelas mulheres, entre outras causas, adveio da necessidade de complementação econômica no seio familiar, onde a mulher necessitou sair de sua residência e adentrar o meio econômico com o escopo de ajudar na renda da família, e, muitas vezes, assumindo sozinha esta responsabilidade, vivendo uma dupla jornada: a de trabalhar fora, para o sustento da família, e a de preservar a responsabilidade familiar própria de uma doméstica: lavar roupa, arrumar a casa, preparar comida, entre outros afazeres.

Dentre o rol das diversas profissões ocupadas por mulheres, uma categoria, em especial, merece destaque: a das trabalhadoras que atuam na limpeza pública. Tal afirmação tem seu fulcro nas atividades que elas desempenham, contribuindo para a preservação do meio ambiente e para o bem estar da sociedade, varrendo

ruas e coletando lixos, trabalhando para manter o seu próprio sustento e muitas vezes o de sua família também.

Nesse contexto, indagou-se sobre as dificuldades enfrentadas por estas trabalhadoras no que concerne às condições de trabalho, preconceito, reconhecimento e dificuldades. Assim, questionou-se: as trabalhadoras acreditam que seu trabalho é respeitado pela sociedade? Dedicam-se com destreza a profissão? O que pensam, acreditam e sentem estas trabalhadoras? Possuem adequadas condições de trabalho? Para responder tais perguntas, primeiramente, buscou-se compreender o processo de ascensão e inserção da mulher no mercado de trabalho e posteriormente analisou-se o universo das mulheres que atuam na limpeza pública na cidade de Macapá, considerando as relações de gênero, preconceito e exclusão social.

Desta forma, no primeiro capítulo apresenta-se os aspectos históricos: a (des)valorização do trabalho feminino que lembra as origens da subordinação da mulher que se deu segundo Engels (1891) com o surgimento da propriedade privada; a ascensão e inserção da mulher no mercado de trabalho que vislumbra a trajetória feminina em busca de mudanças no que diz respeito ao seu papel social ocupado perante a sociedade; o feminismo: a emancipação pela educação, as lutas e conquistas apresenta a importância do feminismo nas lutas pela igualdade de direitos. No segundo capítulo abordou-se às relações de gênero e trabalho que causam exclusão social, e preconceito.

E, por fim, será apresentada a pesquisa sobre as mulheres que trabalham na realização da limpeza pública da cidade de Macapá, abordando a importância da profissão gari para a sociedade. Será verificado de que forma é desempenhada a profissão. Dessa forma, detemo-nos na análise do perfil dessas trabalhadoras, considerando os seguintes aspectos: a naturalidade, faixa etária, estado civil, tempo de serviço, tipo de moradia, renda familiar, escolaridade, condições de trabalho, o futuro profissional e os anseios por elas almejados.

1 - A ASCENSÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO

1.1 ASPECTOS HISTÓRICOS: (DES) VALORIZAÇÃO DO TRABALHO FEMININO

A divisão sexual do trabalho é uma constante na história das mulheres e dos homens. As explicações para tal fato, muitas vezes, tiveram por sustento o determinismo biológico, a partir do papel das mulheres na reprodução biológica, buscando naturalizar essa divisão. A questão que se coloca é que esta divisão é carregada de significados e de práticas, que mudam conforme os diferentes tipos de sociedades e seu momento histórico.

Assim, verifica-se que o trabalho realizado pelas mulheres não é tido apenas como diferente, mas também como um trabalho que não recebe a mesma valorização e conseqüentemente a mesma remuneração atribuída ao trabalho masculino. Nas primeiras etapas da sociedade, a produção era somente para o consumo, isto é, para suprir as necessidades de subsistência. O grupo constituído por marido, mulher e filhos dependentes não era uma unidade produtiva e muito menos de donos de propriedades (Marx, 1982).

A família que foi a unidade social básica, era comunitária, na medida em que o armazenamento de alimentos era mantido em comum e todo trabalho era para atender às necessidades familiares. Desta forma, existia uma igualdade sexual nas sociedades sem classes, homens e mulheres viviam em situação de igualdade.

Em estudo sobre o trabalho da mulher nas comunidades primitivas Engels (1891) apud Sacks (1979, p.187) afirma:

Engels conclui que a ausência de propriedade privada, tornava de igual valor social o trabalho produtivo dos homens e as atividades domésticas das mulheres. Homens e mulheres foram simplesmente envolvidos em diferentes estágios de produção da mesma espécie de gênero – a produção era a subsistência. Toda a produção era da mesma espécie: produção de consumo. As pessoas trabalhavam para a família comunal ou clã, em lugar de trabalhar para indivíduos. Desde que todo trabalho fosse de uso social e todos os adultos fossem produtores sociais, todos eram membros iguais do grupo.

Engels (1891) em sua obra ²*A origem da família, da Propriedade Privada e do Estado* apresenta uma dinâmica histórica, na qual as mulheres são transformadas de membros livres e iguais de uma sociedade a esposas tuteladas, dependentes e

² Publicada em 1884, a obra *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, de Friedrich Engels (1820-1895), traz a formação da sociedade moderna calcada na propriedade privada.

subordinadas, relacionando o surgimento da propriedade privada com o a subordinação da mulher frente ao homem proprietário que a subordina. Nessa obra fica claro que a posição feminina decaiu á medida que a propriedade privada ganhava forças como um princípio ordenador para a sociedade.

Segundo Sacks (1979, p.189):

Como a produção de troca eclipsou a produção de consumo, a natureza da família mudou o significado do trabalho feminino dentro dela e, conseqüentemente, sua posição. A mulher agora trabalhava para seu marido e sua família, em vez de trabalhar para a sociedade. Seu trabalho era necessário, mas socialmente subordinado à produção de troca de excedentes.

No Brasil pré-colonial, antes dos colonizadores portugueses chegarem à colônia, já havia vários grupos humanos que foram denominados de índios. A população indígena era de aproximadamente 4 a 5 milhões de habitante. O papel das mulheres indígenas era bem definido entre os índios que reconheciam sua importância. Elas eram responsáveis pela educação dos curumins, trabalho doméstico e agricultura.

As primeiras abordagens sobre a família brasileira foram feitas por Gilberto Freyre (2007, p.184) que afirma:

Eram ainda as mulheres que plantavam o mantimento e que iam buscar água à fonte; que preparavam a comida; que cuidavam dos meninos. Vê-se que não era pequena a importância da mulher velha entre os indígenas; enorme a da mulher, em geral; e nessa categoria o estudo comparado da arte e indústria entre os primitivos autoriza-nos a colocar o homem efeminado ou mesmo o invertido sexual, comum entre várias tribos brasileiras.

Com a conquista territorial pelos portugueses, chega ao Brasil os ideais catequéticos que tinham como propósito, controlar a cultura existente, e implantar a ideologia do pensamento patriarcal, a qual se fundamenta na superioridade masculina e subordinação feminina. Essas idéias vão sendo colocadas em andamento, sobre a orientação e domínio dos padres Jesuítas. Os religiosos buscavam garantir um absoluto controle cultural sobre a população.

É inegável que o português impôs poderes a população que aqui já existia, foi fácil para esses colonizadores implantar e legitimar, as questões de dominação e subordinação. Nossa educação foi sendo construída através de dogmas religiosos,

prática de princípios morais e a não presença da mulher dentro da educação formal. A educação feminina restringia-se apenas a boas maneiras e prendas domésticas.

A norma oficial ditava que a mulher devia ser resguardada em casa, ocupando-se de trabalhos domésticos, enquanto os homens asseguravam o sustento da família. Esse estereótipo foi formado nos valores da elite colonial. Ignora-se o papel desempenhado pelas mulheres na economia familiar que lhes teria dado grande margem de poder, pois eram tratadas com deferências e influências nas questões familiares. A partir desta realidade, que foi paulatinamente construída ao longo da nossa história, surgem as dificuldades que a mulher passa a conviver no seu trajeto de busca pela ascensão no trabalho. O trabalho é condição para que o ser humano se realize, e meio necessário a sua ascensão.

Arendt (2010, p. 125) relata sobre a importância do trabalho para a evolução nas atividades humanas, ele informa:

A súbita e espetacular ascensão do trabalho, da mais baixa e desprezível posição à mais alta categoria, como as mais estimada de todas as atividades humanas, começou quando Locke descobriu que o trabalho é a fonte de toda a propriedade. Prosseguiu quando Adam Smith afirmou que o trabalho era a fonte de toda a riqueza e atingiu o clímax no sistema de trabalho de Marx, no qual o trabalho passou a ser a fonte de toda a produtividade e a expressão da própria humanidade do homem.

O positivismo disseminou o mito da inferioridade da mulher. Assim valorizou-se um universo de restrições, como a divinização da mãe e elevação do lar ao status de santuário feminino. Os positivistas sacralizavam a mulher a ponto de anulá-la como ser social. Rago (2000, p. 592) faz uma observação elementar:

Seguindo os ensinamentos de Augusto Comte, os membros do Apostolado Positivista do Brasil entendiam que a mulher não deveria possuir dinheiro – um objeto sujo, degradante e essencialmente masculino, portanto contrário a sua natureza. A mulher deveria se restringir ao seu espaço natural, o lar, evitando toda a sorte de contato e atividade que pudesse atraí-la para o mundo político.

Os homens da elite desejavam construir um mundo absolutamente dividido entre o público e o privado, mas, acima das discussões morais sobre a exploração do trabalho das mulheres, preocupavam-se nos seus rendimentos econômicos. Assim justificavam a exploração do trabalho feminino afirmando que muitas mulheres, principalmente as mais pobres, precisam trabalhar para sobreviver (RAGO, 2000).

1.2 CAMINHOS PARA ASCENSÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO

Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, foi extremamente valorizada a participação da mulher nas relações de trabalho. Quando os homens estavam diante das batalhas ou mutilados, as mulheres assumiam os negócios da família. Findada a guerra, retornava a força de trabalho masculina, a ideologia que valoriza a diferenciação de papéis por sexo, atribuindo à condição feminina o espaço doméstico, é fortemente reafirmada, no sentido de retirar a mulher do mercado de trabalho para que cedesse seu lugar aos homens.

As mensagens veiculadas pelos meios de comunicação enfatizam a imagem da “rainha do lar”, reafirmando a mistificação do papel de dona-de-casa, esposa e mãe como vimos no surgimento da propriedade privada. Novamente o trabalho externo da mulher é desvalorizado, tido como complementar ao do homem, invertendo-se, em pouco tempo, a pregação ideológica anterior. A imagem da mulher, mais do que nunca, passou a ser associada às responsabilidades domésticas e à criação dos filhos. Engendraram-se novas idéias de educação infantil, sobre a situação vivida pelas mulheres.

Bardwick (1981, p. 08-09) em seu magistério comenta:

A criança acreditava-se, era psicologicamente frágil, mas infinitamente perfectível e isso fazia da maternidade uma carreira de tempo integral baseada num compromisso abnegado e absoluto. [...] A imagem idealizada de esposa e mãe simbolizando ternura, cuidado e apoio, definiu de maneira global o que se esperava da mulher.

Consolidado o sistema capitalista no século XIX, algumas alterações ocorreram na produção. Na Revolução Industrial crianças e mulheres foram utilizadas para somar força de trabalho, essa potência que substituía o trabalho e os operários tornou-se assim um meio de aumentar os números dos assalariados, englobando todos os membros da família. Assim com o desenvolvimento tecnológico e o intenso crescimento da maquinaria, boa parte da mão-de-obra feminina foi transferida para as fábricas.

A partir dessa acepção Marx (1982, p. 91) descreve:

O aumento numérico dos operários tem sido considerável em virtude da substituição crescente dos homens pelas mulheres e sobretudo de adultos pelas crianças. Três garotos de 13 anos, pagos com seis a oito xelins por

semana, tomaram o lugar de um homem adulto ganhando de 18 a 45 xelins por semana. Certas funções da família, tais como o cuidado e o aleitamento das crianças não puderam ser totalmente suprimidas; as mães confiscadas pelo capital são mais ou menos forçadas a satisfazer-se com substitutos.

A mulher, nesse contexto, aparece não só como propriedade do capitalista como também do homem/marido, e com o mesmo status da criança. As altas taxas de mortalidade infantil, nesse período, são atribuídas principalmente ao fato de as mães trabalharem fora de casa, o que faz as crianças serem abandonadas e mal cuidadas.

Para Marx (1982) o início da utilização do trabalho das mulheres pelo capitalista foi então facilitado pela introdução da maquinaria que, segundo ele, permitia o emprego de trabalhadores sem força muscular. À época, as mulheres eram consideradas parcialmente capazes do ponto de vista jurídico. O olhar sobre as mulheres é o olhar sobre seres indefesos e incapazes, dos quais o capitalista se aproveita para diminuir os salários dos homens adultos, roubando-lhes o trabalho e aumentar os lucros.

Durante toda trajetória da história, homens e mulheres trabalhavam para a produção de um mundo social, mas com o passar do tempo esta parceria e distribuição de responsabilidades se modificaram assumindo diferentes formas. Estas diferenças ocorrem devido ao fato de acreditar-se que para cada gênero há uma atividade mais ou menos adequada, diferenciando os tipos de emprego entre homens e mulheres. (GIDDENS, 2005).

Em seus ensinamentos Bruschini (2006) afirma que nos últimos dez anos do século passando e os primeiros anos do século XXI, marcam uma nova realidade da mulher no mercado de trabalho. Já, na lição de Giddens (2005), as mulheres ainda passam por dificuldades no mercado de trabalho, sendo que muitos dos empregos que possuem são extremamente marcados por gêneros – ou seja, são vistos como “trabalho de mulher”, como o cargo de secretária, enfermeira, o cuidar de crianças, dentre outros.

Na acepção de Melo (2006, p. 14):

A mulher tem que demonstrar maior competência para ingressar na carreira, daí ela ser exigida de ter maior qualificação que os homens. Essa necessidade feminina de demonstrar maior competência que os homens pode ser sentida também quando é apontada a maior autonomia das gerentes em relação aos homens e a dificuldade feminina de legitimar a sua autoridade perante funcionários.

Segundo Bruschini (2006), uma das conseqüências do aumento do número de mulheres no mercado de trabalho remunerado foi a mudança de alguns padrões familiares tradicionais. Estudos acerca destas mudanças apontam que as mulheres que trabalham fora executam menos tarefas domésticas comparado às mulheres que trabalham apenas nos serviços domésticos em suas próprias casas. Mas, por outro lado, aquelas enfrentam uma dupla jornada, pois continuam sendo as principais responsáveis pelas atividades domésticas e com os cuidados com a família.

Com idéias semelhantes, Giddens (2005, p. 325) afirma que:

Um dos resultados do aumento no número de mulheres que começaram a exercer uma atividade remunerada é a negociação de certos padrões familiares tradicionais. O modelo do “homem provedor” tornou-se a exceção, em vez de regra, e a crescente independência econômica das mulheres significa que elas estão em melhor situação para escaparem, em casa, dos papéis determinados pelo gênero se assim o quiserem.

Atualmente as mulheres vêm deslocando-se para cargos profissionais de melhor remuneração, comparado à antigamente. Mulheres jovens têm a mesma chance que os homens, quando estas possuem uma boa qualificação, para conquistar um emprego lucrativo. Porém, do outro lado, há um crescimento enorme de mulheres com empregos mal remunerados de meio turno. Há um círculo vicioso em que uma mulher que adquire um sentimento financeiro razoável pode ser prejudicada financeiramente ao pagar uma creche para os filhos, mas se partirem para um emprego de meio turno será mal remunerado (GIDDENS, 2005)

1.3 FEMINISMO: EMANCIPAÇÃO PELA EDUCAÇÃO

Com o passar dos séculos, a condição de submissão da mulher é explicada sob as diversas formas. Estão desde as questões biológicas, como reprodutoras e causa de inferioridade, até sua destinação histórica ao se integrar com o homem nas atividades. Houve dificuldade no acesso à instrução e à ciência, e para as mulheres tornavam-se tanto maiores quanto mais inferiores os seus papéis na sociedade, principalmente para aquelas que não faziam parte da classe dominante.

No estado de São Paulo no século XVII, somente duas mulheres souberam ler e escrever e o primeiro documento assinado por um sexo feminino aconteceu em 1699. A instrução educacional não possuía valor social, mas apenas como um instrumento de catequese pelos padres jesuítas. Assim a mulher então deveria se submeter à Igreja e ao marido, após dois séculos do descobrimento do Brasil elas puderam receber instrução nos conventos ou nos mosteiros de Portugal, ou seja, apenas aquelas que eram ricas ou brancas, e ficando excluídas as escravas porque não eram permitidas suas saídas da senzala, segundo Telles (2000, p.402) apud Joffily (2004, p. 9).

Durante o período da Revolução Industrial, alguém que soubesse ler lia para os outros nas tabernas. No século XVII, na Inglaterra, um operário que soubesse ler lia para os companheiros à saída das fábricas ou oficinas. Mas no século XIX já se estabelece uma mudança no público leitor. Ele se torna muito maior e se constitui, em grande parte, de mulheres burguesas.

Segundo Telles (2000) apud Joffily (2004), século XVIII que foi marcado por um discurso sobre a “natureza feminina” e se estabelecia à sociedade burguesa em ascensão, que definia a mulher ora *força do bem* e ora *potência do mal*, colocando-a além ou aquém da cultura. Isso era a prerrogativa dos homens e às mulheres o seu papel era de reprodução da espécie e sua nutrição. Mesmo nesse cenário de autonomia dos homens e de submissão das mulheres, foi nesse período que as mulheres começaram a escrever e publicar na Europa e nas Américas. Aderiram inicialmente à palavra escrita, mas havia a proibição do ensino superior, ou qualquer educação que não fossem em relação às atividades do lar. Liam o que sobre elas se escreviam: romances, livros de moral, etiqueta ou catecismo.

Assim, a instrução feminina ocorreu no século XIX, com o direito de instrução nas escolas de 1º Grau transformado em lei em 15 de outubro de 1827, com distinções nos currículos das escolas femininas. Neste momento surgem os primeiros ensaios de lutas feministas no Brasil, as mulheres iniciam suas preocupações com essa instrução. Elas enfrentavam os preconceitos, organizavam escolas e fundavam jornais, para fazer com que outras mulheres se afastassem da ignorância e da submissão.

Na década de 50, com o desenvolvimento econômico, aumentou os níveis de instrução das mulheres no país, ou seja, nos ensinos elementar e médio. No ano de 1964 mais homens se formavam que mulheres, respectivamente 20.000 contra

7.000. Mas diante de tantas lutas feministas, do desenvolvimento econômico do país e da relação que a mulher iniciou no mercado de trabalho, ampliaram-se as conquistas sociais e aumentaram seus acessos nas instituições escolares. (JOFFILY, 2004)

A mulher foi pressionada por questões histórico-culturais e tomou conta do imaginário brasileiro – do espaço na sociedade – vista como a “professora primária”. Mas em frente às transformações sociais ocorridas nas últimas décadas, ela começou a trabalhar em outros postos, tornando-se professora secundária e também universitária, e a identificação do papel da professora com o de mãe marcaram a permanência do sexo feminino na profissão em nossa sociedade (VIEIRA, 2004, p. 24).

Com o tempo, a taxa de alfabetização feminina se equiparava à masculina, e se superava nos grupos mais jovens. Para justificar, Joffily (2004, p. 10) expõe que as mulheres passaram a ser a maioria nas faculdades, na década de 70 e entre 1970 e 1980 cresceu 45% nos cursos universitários.

A consolidação das mulheres se dá no século XXI (na primeira década em especial), pois se torna importante para que elas sejam introduzidas no mercado de trabalho, porque o nível de escolaridade vinha crescendo desde as últimas décadas do século XX.

Com isso, vale observar que a educação profissional das mulheres está inserida em áreas de conhecimento, ou seja, em algumas áreas a presença das mulheres são maiores, indicando ao que se chama de “guetos” ocupacionais femininos no mercado de trabalho. Concentram-se em cursos de imagem pessoal, desenvolvimento social e lazer, saúde e turismo e hospitalidade. No superior, a maior concentração de formadas, até a última data examinada, ocorre nas áreas da educação, saúde e bem-estar social, humanidades e artes, segundo o artigo *Mulheres Brasileiras, Educação e Trabalho* (FCC, 2007).

Diante da intensa participação das mulheres no mercado de trabalho com relação ao homem, percebe-se que assim como os homens, a atividade das mulheres aumenta entre os que têm mais de 8 anos de estudo (que corresponde à escolaridade obrigatória do primeiro grau), mas são aquelas que têm nível superior de ensino (15 anos ou mais) as mais ativas, com uma taxa de 82% em 2007,

bastante superior à taxa de atividade feminina geral (cerca de 50%), conforme o artigo Mulheres Brasileiras, Educação e Trabalho (FCC, 2007).

Mesmo assim, apesar das mulheres trabalhadoras se prepararem melhor nos estudos superiores que seus colegas de trabalho, os dados demonstram que homens e mulheres com igual escolaridade obtêm rendimentos desiguais. O que acontece é que as relações de gênero produzem valores diferentes para profissionais no mercado de trabalho sejam trabalhadores homens ou mulheres.

1.4 LUTAS E CONQUISTAS

Os avanços conquistados pelas mulheres até hoje não se deram de maneira fácil, são fruto de uma intensa reivindicação e organização do movimento de mulheres, Conselhos dos Direitos da Mulher, Bancada Feminina e parlamentares sensibilizados e comprometidos com a cidadania das mulheres e com a igualdade de direitos e de oportunidades entre mulheres e homens na sociedade brasileira.

A Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988, em seu artigo 5º, caput, afirma que todos são iguais em direito e obrigações, assim, constata-se uma proteção que se apresenta mais ampla no que se refere ao trabalho da mulher, fazendo inclusive, a adoção de tratados e convenções internacionais que discorram sobre as problemática surgidas em torno das necessidades da mulher.

A lista de vitórias das mulheres no Brasil está aumentando, dentre elas temos a Lei 11.340/2006, denominada Lei Maria da Penha, ela é um grande avanço na prevenção e repressão da violência doméstica e familiar contra a mulher. No seu art.3º diz que:

Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social.

Um ponto importante na luta das mulheres é a conquista do direito de votar e de ser votada. Por muito tempo elas não tiveram participação na política, somente em 1932 essa situação começa a mudar, após a Revolução de 30, liderada por

Getúlio Vargas, as mulheres conquistaram o direito de votar. Nesse momento só as casadas e autorizadas pelos maridos puderam legitimar essa conquista, mas a verdadeira transformação realmente aconteceu no ano de 1946 quando todas as restrições ao voto feminino caíram passando a ser universal.

A primeira deputada federal eleita foi a paulista Carlota Pereira de Queiroz, em 1933. Eunice Michilles, do Amazonas, foi a primeira senadora; ela era suplente e assumiu o cargo em 1979, depois da morte de João Bosco Ramos de Lima. A primeira senadora negra foi a médica Laélia Alcântara, no estado do Acre. A segunda mulher negra eleita foi a governadora do Rio Benedita da Silva. No ano de 1994, no Maranhão, Roseana Sarney foi a primeira mulher a ser eleita governadora no Brasil. Mas a primeira a governar um Estado foi Iolanda Fleming, em 1986, no Acre, para completar o mandato de Nabor Júnior (JAKOBSEN, 2004).

Em 2006 tivemos uma quebra de tabu no Poder Judiciário quando Ellen Gracie foi eleita para presidência da mais alta corte do país, o Supremo Tribunal Federal e neste ano, 31 de outubro de 2010, foi eleita a primeira mulher para o cargo de Presidente da República, Dilma Rousseff. Essas vitórias confirmam o avanço das mulheres na vida política do Brasil, no entanto, ainda é grande o déficit de mulheres no Poder Legislativo. Ressaltando que o Congresso Nacional aprovou o sistema de cotas, na Legislação Eleitoral, obrigando os partidos a inscreverem, no mínimo 20% de mulheres em suas chapas proporcionais, Lei nº 9.100/95.

Na área da saúde podemos apontar como conquista feminina, o desenvolvimento de métodos anticoncepcionais seguros, que acabaram permitindo às mulheres decidirem qual seria o momento mais oportuno para ter filhos. Segundo Labra (1989) o desenvolvimento de métodos anticoncepcionais nos anos 1960 e a divulgação dos mesmos foram responsáveis, em parte, pela mudança na vida e no papel social da mulher, proporciona-lhe maior inserção no mercado de trabalho e liberdade sexual.

Outras conquistas que as mulheres alcançaram foi a licença gestacional por período de 120 dias, e se adotar uma criança de até 1 (um) ano também tem direito a esta licença; não obrigada apresentar atestado de gravidez para admissão ou para manutenção do contrato de trabalho; participar de processo de seleção independente do sexo e outros.

Nas últimas décadas do século XX, as conquistas sociais femininas e no mercado de trabalho foram muitas, devido a sua constante luta em busca do seu espaço, reconhecimento pessoal e na garantia dos seus direitos, mas essa evolução foi e ainda é muito difícil em cada setor, devido à herança cultural da dominação do homem sobre a mulher. No mercado de trabalho a situação da mulher ainda é desigual, a competência não é privilegiada. Em muitos casos pagam as mulheres salários inferiores mesmo quando realizam atividades iguais as dos homens. Elas são as mais atingidas pelo desemprego e pelo crescimento do setor informal da economia.

Segundo Freire (2004) das mulheres que trabalham no mercado formal, a maior parte está nos postos de trabalhos desqualificados, nas funções de menor prestígio social e menor remuneração. A situação é mais acentuada com as mulheres negras, onde segundo Sanches (2004, p.51): “As mulheres negras sofrem a mais pesada carga de discriminação: sexo e racial. Dentre todos, são aquelas que vivenciam as piores condições de vida, trabalho e remuneração”.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), o rendimento médio das mulheres no Brasil vem crescendo nos últimos cinco anos, mas ainda assim está abaixo do rendimento dos homens. As mulheres aumentaram a sua participação no mercado de trabalho, acumularam mais anos de estudos e mesmo assim recebem uma remuneração média cerca de 30% menor do que os homens. O rendimento de trabalho da mulher, estimado em R\$ 1.097,93, é inferior ao do homem que é de R\$ 1.518, 31.

É visível o aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho, sua importância na economia, como também na responsabilidade pelo sustento da família e seu destaque profissional em várias áreas. Antes existiam empregos e serviços de homens e mulheres, mas hoje isso mudou: a mulher já faz todo tipo de serviço, elas estão em toda parte, nos tribunais, exercendo com competência e dedicação a profissão de advogadas, promotoras, juízas; profissões antes exclusivas aos homens. A presença feminina está em todos os níveis executivos das empresas e do governo, nas forças de segurança federal, estadual e municipal exercendo inclusive, cargos de alto comando. (NASCIMENTO, 2008).

Percebemos com isso os grandes avanços conquistados pelas mulheres, mas ainda existem muitos obstáculos como o preconceito, a discriminação, a

violência, as desigualdades na vida da mulher. Porém, a luta para conquistar seus objetivos continua sendo um dos maiores desafios, segundo Probst (2010) é lutar para que o quadro da desigualdade salarial entre homens e mulheres mude, pois elas já provaram que tem capacidade. Aos poucos suas habilidades e características vão sendo valorizadas pela sociedade, de forma mesmo que ainda lenta, estão deixando de ser meras coadjuvantes e passando a exercer posições estratégicas em suas profissões.

2. ABORDAGENS QUE TRATAM DAS RELAÇÕES DE GÊNERO E TRABALHO

2.1 RELAÇÕES DE GÊNERO E EXCLUSÃO SOCIAL

Uma das preocupações existentes e importantes, quando o assunto é o mercado de trabalho das mulheres, está relacionada à discriminação de gênero. Mas antes de entrar neste mérito, se faz necessário um pequeno conceito de gênero fornecido por Patrício (2010, p. 2) que afirma:

O conceito de gênero permite pensar em relações que não são fixas, ao contrário, está o tempo todo em tensão, de forma que homem e mulher têm posições de relativa mobilidade no campo social, na medida em que ocorre um movimento de desnaturalização do sexo.

Em relação aos papéis e funções desenvolvidos de forma igual ou diferenciados, são várias as afirmações ou imprecisões que existem a respeito do conceito formado entre homens e mulheres na nossa sociedade. As relações de gênero são os papéis e as características sexuais, uma categoria de análise ou a construção sócio-cultural do masculino e feminino, ou seja, são os papéis ensinados às meninas e mulheres e aos meninos e homens. São resultados da socialização, das construções culturais e sociais, chamadas “características masculinas”: agressividade, iniciativa, comando; assim como as chamadas “características femininas”: a passividade, obediência, fraqueza.

Segundo Izquierdo (1993) o conceito de gênero torna-se importante, porque é um instrumento que aborda as relações sociais e a existência humana tem bases biológicas, que influenciam no macho e na fêmea. Cada um deles representa uma particular contribuição na produção e reprodução da existência.

Izquierdo (1993) apud Carloto (2010, p. 10) ensina:

Poderíamos nos referir aos gêneros como obras culturais, modelos de comportamento mutuamente excludentes cuja aplicação supõem o hiper desenvolvimento de um número de potencialidades comuns aos humanos em detrimento de outras. Modelos que se impõem ditatorialmente às pessoas em função do seu sexo. Mas esta só seria uma aproximação superestrutural do fenômeno dos gêneros.

A sociedade vai determinando uma distribuição de responsabilidades independente do querer das pessoas, essa distribuição tem critérios sexistas,

classistas e racistas. É atribuído a cada um e depende da forma como se terá acesso à própria sobrevivência como sexo, classe e raça, e isso vai sendo desenvolvida de forma particular.

Existe uma dinâmica das relações sociais por meio da construção dos gêneros. Isso quer dizer, que as pessoas são construídas conforme a relação um com o outro.

Na visão de Saffioti (1992, p.9) analisa que:

Não se trata de perceber apenas corpos que entram em relação com outro. É a totalidade formada pelo corpo, pelo intelecto, pela emoção, pelo caráter do EU, que entra em relação com o outro. Cada ser humano é a história de suas relações sociais, perpassadas por antagonismos e contradições de gênero, classe, raça/etnia.

É importante quando Carloto (2010) expõe a colocação de Izquierdo (1993), com relação ao espaço social do gênero e analisado à questão da mulher com o trabalho. O modo masculino é diferente do feminino, já que aquele contribui para a produção de existência e está imbricada nos espaços diferentes destas, causando com que cada um constitua o seu espaço social e que seja ligado ao masculino a esfera pública e ao feminino a esfera doméstica.

A separação destas duas esferas é convertida em atividades que se desenvolvem em cada uma delas, carecendo de sentido se não se refere à outra. E conclui que: “assinalar que linearmente e circularmente, sobrevivência e transcendência doméstica e pública, masculinidade e feminilidade não são outra coisa que as duas caras da mesma realidade única e indivisível”.

A mulher enquanto subordinada, Saffioti (1992), constrói o ser mulher como dominada-explorada e terá a marca dado pela natureza. Os espaços de aprendizado vigoram os preconceitos e estereótipos das relações de gênero, próprios de sua natureza, baseando-se na determinação biológica, e que se modificam em desigualdade social e naturalidade.

Constata-se, ainda, que o machismo não constitui privilégio de homens, uma vez que a maioria das mulheres também suas portadoras. Não é suficiente que um dos gêneros conheça e pratique atribuições que lhes são conferidas pela sociedade, é imprescindível que cada gênero conheça as responsabilidades do outro. (Saffioti, 1992)

O sexo masculino e o feminino internalizam as concepções das relações sociais de gênero, ou seja, todo ser humano identifica-se em ser homem ou mulher. Tudo se constrói por meio das relações uns com os outros. A relação de gênero é guiada pelas diferenças biológicas formada por homens e mulheres e se modificam em desigualdades que tornam a mulher mais passível à exclusão social. Essa exclusão que atinge a mulher acontece pelas relações de trabalho, da classe, da cultura, da etnia, da idade, da raça (SAFFIOTI, 1992)

Os anos 60 e 70 estavam vinculados aos movimentos sociais feministas. Esses movimentos eram regidos sobre temas relacionados à mulher, que lutava para legitimar seu espaço nas universidades. As mulheres nos anos 80 formam uma nova manifestação, sobre um novo conceito: o de gênero. Segundo Fischer e Marques (2001) os trabalhos de reflexão e produção acadêmica eram desenvolvidos nas universidades por militantes feministas. O conceito de gênero surgiu no contexto anglo-saxão, caracterizando uma relação e uma transformação de ordem epistemológica, ou seja, via teórica. Durante este período as mulheres ainda centravam no eixo da denúncia da opressão, com caráter descritivo e analítico, ganhando espaços e desenvolvendo estudos nos campos da sociologia, história, da literatura e da educação.

As estudiosas feministas tentam formar um conceito de gênero que não tivesse vínculo com o sexo, e sim à identidade biológica de uma pessoa. Gênero seria então a construção social do sujeito masculino ou feminino. Assim, Joan Scott (1989) apud Fischer e Marques (2001, p. 4):

Associando a categoria gênero aos limites das correntes teóricas do patriarcado, do marxismo e da psicanálise, tenta explicar a subordinação da mulher e a dominação dos homens, analisa o gênero como elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças entre os sexos e como a primeira forma de manifestar poder a partir de quatro dimensões inter-relacionais: simbólica, organizacional, normativa e subjetiva.

a) *Simbólica*: as representações múltiplas e contraditórias. Exemplo: Maria, que evoca a pureza e bondade, e Eva: o pecado, o mal.

b) *Normativa*: as interpretações do significado dos símbolos, que limitam as possibilidades metafóricas ou conceitos expressos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas jurídicas. Traz sentido duplo quando se define o masculino do feminino.

c) *Organizacional*: organizações e instituições sociais, que aprofundam as assimetrias entre os gêneros.

d) *Subjetiva*: são as necessidades de examinar as formas de como as identidades de gênero são construídas e relacionadas com as atividades organizacionais. (SCOTT, 1995, p. 5).

Diante dos conceitos de gêneros desses períodos, as feministas, nos diversos segmentos da sociedade, dão visibilidade às restrições impostas à mulher. Essas restrições têm início com um processo de exclusão surgido nas diferenças, ou seja, nas desigualdades de gênero, na distinção entre homens e mulheres. No entendimento de Fischer e Marques (2001) onde o ser humano, ao tornar-se o “sujeito múltiplo”, apreende suas analogias sociais, como gênero, raça, etnia; e as desigualdades que apresentam entre si.

2.2 A MULHER E O TRABALHO

É fato que, de forma geral, todo ser humano almeja galgar um emprego que seja produtivo e rentável, sem sofrer discriminação no exercício de seu labor. No entanto, verifica-se que quando a relação de trabalho está relacionada ao sexo feminino, encontram-se, ainda, certas dificuldades na inclusão da mulher no mercado de trabalho, mesmo no século XXI, onde já se constata uma presença significativa da mulher na esfera produtiva.

No capítulo anterior constatou-se que a mulher foi muito submissa e dominada por seus pais ou por seus maridos, pela igreja e inclusive no espaço de trabalho, nos séculos anteriores. Para um melhor entendimento desta palavra, trabalho é a atividade que exige esforço humano, assim alguns autores como Filho (1994) e Albornoz (1994) o conceituam.

Certifica-se que ao longo dos tempos, as mulheres sentiram o desejo de desenvolver alguma atividade profissional e conquistar a desejada independência financeira. Constata-se, também, que a participação economicamente ativa das mulheres na sociedade trouxe mudanças na estrutura familiar, aumentando a responsabilidade das mulheres que se dividem entre o trabalho profissional e as atividades domésticos, sendo que, muitas vezes, devem escolher entre a ascensão profissional ou cuidar da família. (PAIVA, 2007)

As mulheres ainda com os seus direitos garantidos pela Constituição, têm igual perfil de inserção ocupacional que os homens, mas são contratadas com salários inferiores e corre o risco maior de desemprego. Segundo Albornoz (1994) a palavra trabalho surgiu do latim *Tripalium*. Na história primitiva da humanidade o trabalho executado pelos antepassados de forma originária, na qual buscava a sua subsistência, apenas completando assim o trabalho da natureza. A agricultura é descoberta com o tempo, onde houve a primeira divisão do trabalho, ou seja, os homens caçavam e as mulheres plantavam.

Os dados são de grande importância para o país, confirmam estatisticamente que as mulheres têm ingressado para o mercado de trabalho, com 41,39% da população economicamente ativa (IBGE, 2000).

Porém, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realizando suas pesquisas constatou que a mulher é a maioria na população brasileira, mas é ela, na maioria das vezes, que se encontra sem emprego. Por diversos motivos, dentre eles por causa da família, ficam impossibilitadas de entrar no mercado de trabalho, mas que segundo Galvão (2010, p. 6) afirma que:

As mulheres estão mais presentes nas salas de aula que os homens, mas mesmo assim enfrentam maior dificuldade para conseguirem trabalho. Suas remunerações chegam a ser 60% menores em relação à dos homens de mesma escolaridade. A presença da mulher no mercado de trabalho predomina nos serviços domésticos e na administração pública. As mulheres trabalham menos horas que os homens por possuírem jornada dupla de trabalho. Além do trabalho remunerado, as mulheres brasileiras ainda possuem as tarefas domésticas.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT), no ano de 2007, definiu que trabalhavam 1.200 milhões de mulheres no mundo. Isso demonstra que, em sua maioria, os dados se relacionam à cultura dos povos, mas que as mulheres acabam ocupando menos lugares no mercado de trabalho que os homens (GALVÃO, 2010).

Mas cabe às mulheres promoverem conquistas e continuarem lutando por melhorias nas condições de trabalho, por igualdade de oportunidade e tratamento.

2.3. A FORÇA DE TRABALHO DAS MULHERES NO BRASIL

Segundo Bruschini (2007) apud Patrício (2010) é possível analisar as transformações de diversas ordens que acontecem nas últimas décadas no Brasil:

Nas últimas décadas do século XX, o país passou por importantes transformações demográficas, culturais e sociais que tiveram grande impacto sobre o aumento do trabalho feminino. No primeiro caso, podem ser citados: a queda da taxa de fecundidade, sobretudo nas cidades e nas regiões mais desenvolvidas do país, até atingir 2,1 filhos por mulher em 2005; a redução no tamanho das famílias que, em 2005, passaram a ser compostas por apenas 3,2 pessoas, em média, enquanto em 1992 tinham 3,7; o envelhecimento da população, com maior expectativa de vida ao nascer para as mulheres (75,5 anos) em relação aos homens (67,9 anos) e, conseqüentemente, a sobrepresença feminina na população idosa; e, finalmente, a tendência demográfica mais significativa, que tem ocorrido desde 1980, que é o crescimento acentuado de arranjos familiares chefiados por mulheres os quais, em 2005, chegam a 30,6% do total das famílias brasileiras residentes em domicílios particulares.

A partir daí, é percebido a expansão da força de trabalho feminino entre os diversos setores da economia e também, na esfera quantitativa, porém, ainda permanece a precarização e a subvalorização do trabalho das mulheres. É o que Patrício (2010, p. 3) menciona, segundo Bruschini (2007, p. 20):

“Ressalte-se, entretanto, que a inserção das mulheres no mercado de trabalho brasileiro tem sido caracterizada através do tempo pela precariedade, que tem atingido uma importante parcela de trabalhadoras. Em 2005, nada menos que 33% da força de trabalho feminina ou 12 milhões de mulheres situavam-se em nichos precários, ou de menor qualidade, no mercado de trabalho, seja como trabalhadoras domésticas (mais de 6,2 milhões), seja realizando atividades não remuneradas (3,3 milhões) ou trabalhos na produção para o consumo próprio ou do grupo familiar, (2,7 milhões)”.

Vale considerar também que é pela diferenciação de nichos ou "guetos" ocupacionais femininos em que as trabalhadoras se destacam com grande freqüência e também pelos vínculos empregatícios, demonstrando a precarização das ocupações femininas. Quanto à remuneração, as mulheres ganham menos que os homens, em 1993, 48% dos homens recebiam até dois salários mínimos, em 2005 essa porcentagem passou a ser de 58%; quanto às mulheres, os índices encontrados foram 53% em 1993 e 63% em 2005, sendo que, nesta data, 36% das trabalhadoras auferiram rendimentos inferiores a um salário mínimo. (BRUSCHINI, 2007).

2.4 A MULHER NO MERCADO FORMAL DE TRABALHO

Segundo um artigo publicado pela FCC (2007): *O lugar das mulheres no mercado formal de trabalho*, as mulheres nesse meio de trabalho sempre foram limitadas, nos períodos de 1985 e 1992, aproximadamente 1/3 de sua participação. Porém, no ano de 2007 atingiram 41%. É preciso dizer que o processo de enxugamento de postos trabalho formalizados, principalmente na década de 90, afetaram mais homens que mulheres. O Ministério do Trabalho, nos anos de 88/92, demonstraram uma variação negativa de 8,6% nos empregos masculinos para 0,3% nos femininos. Com o tempo, ocasionou uma retomada da formalização dos empregos tanto para o sexo masculino quanto para o feminino. Nos anos de 1992 e 2007, foram abertos postos de trabalho com 15.315.320, sendo 7.949.867 para os homens e 7.365.453 para as mulheres.

A distribuição dos empregos pelos setores de atividade econômica, o porte dos estabelecimentos e a natureza do vínculo empregatício demonstra uma proporção que percorre o período em análise (FCC, 2007):

- a) Os empregos masculinos e femininos, em sua maioria, são regidos pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), com 79% e 67% em 2007, respectivamente;
- b) Os empregos das mulheres em regime estatutário no serviço público duplicaram nesse período em análise, especialmente nas áreas de educação e saúde: em 1985 16% dos empregos femininos eram contratados sob aquele regime, em 2007, eles atingem 30%; já os homens somente 8% (1985) e 15% (2007) dos empregos eram na administração pública.
- c) Em 2007 uma parcela das mulheres alcançou um emprego com contrato formal de trabalho, com boas colocações, respectivamente: na Administração Pública com 59% dos postos de trabalho do setor, nos Serviços médicos, odontológicos e veterinários 75% e no Ensino 61%, no Comércio Varejista 42%, na Indústria nos ramos Têxteis e do vestuário 61%, Calçados 50%, Elétrica, Eletrônica e de Comunicações 34% e Alimentos e Bebidas 30%. O masculino: na Agricultura 85% dos postos de trabalho formais, em função do florescimento do agro-negócio e da disseminação da formalização dos vínculos de trabalho no campo, nas Indústrias da Construção Civil 93%, Extrativa mineral 90%, Minerais não metálicos, Metalúrgica e Material de Transporte 88% cada, Serviços industriais de utilidade pública e

Mecânica 84% cada e no Comércio Atacadista 72% dos empregos formais são masculinos.

d) Nos grandes estabelecimentos, com mais de 500 empregados, a mão-de-obra feminina tem índices de emprego mais elevados que a masculina: em 2007 com 41% e 32%, respectivamente. No Brasil do século 21, as maiores empresas adotam um regime de castas em que as mulheres são discriminadas, ganham menos que os homens e perdem o emprego com mais facilidade.

Apesar de a população brasileira ter mais mulheres que homens, estes possuem a prioridade sobre aquelas, principalmente quando o assunto é o mercado de trabalho, partindo das próprias empresas esta discriminação. Esta afirmação está fundamentada em dados coletados pela pesquisa Perfil Social, Racial e de Gênero das 500 Maiores Empresas do Brasil, realizada pelo Instituto Ethos em parceria com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (Unifem) e a Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP). A pesquisa foi conduzida pelo IBOPE (Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística) em julho e setembro de 2003. (ETHOS, 2005, p. 7)

A priori, é possível analisar sobre os resultados desta pesquisa, resumidamente:

- De cada 10 cargos executivos existentes nas grandes empresas, apenas um é ocupado por mulheres, no Brasil;
- No nível de gerência, dois cargos são das mulheres e oito dos homens;
- Nas chefias, as mulheres são três e os homens, sete;
- As mulheres também estão em menor número no chão das fábricas e nos cargos funcionais e administrativos: 3,5 contra 6,5.

É importante colocar aqui a questão das convenções da OIT, redigidas na década de 1950. Elas abordam sobre a igualdade e da não discriminação no trabalho.

A Convenção nº 100 (1951) dispõe sobre a "igualdade de remuneração entre a mão-de-obra masculina e a mão-de-obra feminina por um trabalho de igual valor", determinando que os países membros promovam ou garantam meios compatíveis e métodos que assegurem tal igualdade. A Convenção nº 111 (1958) define a discriminação em relação ao emprego e trabalho como sendo toda a distinção, exclusão ou preferência fundamentada na raça, cor, sexo, religião, opinião política, ascendência nacional ou origem social que tenha por efeito destruir ou alterar a

igualdade de oportunidades ou de tratamento em matéria de emprego ou profissão. (Freire, 2004, p. 35).

Mesmo assim essas convenções ainda não são levadas a sério nas empresas brasileiras. Para exemplificar isso na prática, uma funcionária da Embratel desabafa:

A mulher, para entrar na área técnica, tem que ter muito saco, muita coragem, ter peito, porque senão você desiste. Além de ganhar bem menos que todo mundo, você tem uma sobrecarga de trabalho enorme para testar até a sua capacidade. Além de ser extremamente cobrada, você nunca atinge.... Se a meta da empresa é atingir 100% e você atingiu 120%, você é avaliada como regular. Então você não consegue entender nesse métier o que é excepcionalidade. Entendeu? Você é mulher... Agora pro homem não tem esse problema não". (Funcionária da Embratel. Fonte: Instituto Ethos, 2006, p. 40)

É uma grande conquista ver que o Brasil está mais atento às mulheres, no que diz respeito ao mercado de trabalho, mas sabe-se que nem sempre é possível analisar de uma forma positiva, visto que dados, sejam locais ou mundiais, não favorecem as mulheres no geral. Existem ainda muito preconceito e desigualdades sociais de gênero, étnicas, raciais, econômicas, principalmente quando a questão é a remuneração de salários.

3- AS TRABALHADORAS DA LIMPEZA PÚBLICA COMO OBJETO DE ANÁLISE

3.1-GARI: ORIGEM DA PALAVRA E A PROFISSÃO

Os garis foram incorporados no cotidiano da sociedade. Mas qual é a sua origem? Segundo Almeida (2010) a palavra gari vem do nome de Pedro Aleixo Gary que, durante o Império, assinou com a Corte Brasileira o primeiro contrato de limpeza urbana no Brasil. Aleixo costumava reunir no Rio de Janeiro funcionários para limpar as ruas após a passagem de cavalos, o que nessa época era muito comum.

Assim era a vida de alguns cariocas que se acostumaram nesse trabalho e sempre que os cavalos passavam mandavam chamar a “turma do gari” para limpar a sujeira. Diante destas repetidas tarefas, a sociedade associou o sobrenome de Aleixo Gari aos funcionários que fazem a limpeza das ruas no Brasil. A classe trabalhadora dos garis possui carteira assinada e todos os direitos de qualquer funcionário público. O dia 16 de maio foi instituído por lei em 31 de outubro de 1962 como o Dia do Gari (ALMEIDA, 2010).

A população desconhece a vida profissional dessas pessoas que deixam as ruas das cidades limpas. São os garis que trabalham ante os preconceitos da sociedade, os responsáveis pela limpeza das ruas, praças, parques e vias públicas. Seu instrumento de trabalho principal é uma vassoura, e é através dela que cuidam da higiene e recolhem os detritos que as cidades produzem diariamente e que não são poucos.

Trabalhar na limpeza pública de uma cidade é um grande desafio. Estar disposto a enfrentar sol e chuva uma jornada de trabalho bastante árdua e varrer ruas, praças e avenidas exige coragem e muita força de vontade para enfrentar os preconceitos. Todos os dias são jogados toneladas de lixos domésticos, comerciais e industriais e, no entanto, os garis garantem um trabalho com responsabilidade por onde passam.

Essa profissão de gari passa despercebida pela sociedade, porém é necessária para a manutenção da limpeza nas cidades como: o recolhimento do lixo das residências, dos comércios, a varrição das ruas e avenidas, a capina das gramas e a asseio das vias públicas. Sem essas pessoas a cidade estaria numa

desordem geral. É bem certo dizer que manter a limpeza pública de uma cidade é responsabilidade dos governantes, mas quem a realiza são os garis.

A profissão de gari é exercida por milhares de homens e mulheres no Brasil e também no mundo. Muitos deles/as trabalham de dia ou de noite levando seus instrumentos: vassouras, pás e coletores de lixo. Ser gari reflete características da cidadania ajudando a manter a cidade limpa, e isso não depende somente do poder público, mas de todos.

3.2 - A EMPRESA ENTERPA



Figura 01 – Empresa Enterpa. Fonte: Pesquisa de Campo, Nov. 2010.

A Enterpa Engenharia LTDA foi fundada pelo empreendedor Conrado de Carvalho Alves em 1957, ocupa um cenário de destaque nacional por ser uma empresa que atua a favor do meio ambiente. Destaca-se nos setores de dragagem, saneamento básico, gestão ambiental e limpeza pública. Possui sede no município de São Paulo.

No estado do Amapá a empresa está há 05 anos, presente apenas na cidade de Macapá, onde presta serviço a Prefeitura atuando na limpeza pública, desempenhando entre outros serviços: capina, roçagem, coleta de lixo e varrição.

A empresa possui aproximadamente 400 funcionários que trabalham com a limpeza pública, onde aproximadamente 60 são do sexo feminino. Essas

funcionárias trabalham com a varrição. Curiosamente observamos que as mulheres não atuam na coleta do lixo ou na capina por exemplo, mas sim atuam na varrição que é um serviço para as mulheres nessa empresa.

A seleção dos funcionários é realizada primeiramente através da análise de currículos. Segundo Anderson Castro, encarregado administrativo da empresa, as pessoas selecionadas são entrevistadas e em seguida sujeitas a exames médicos e avaliação de condicionamento físico, visto que a profissão exige resistência para conviver com o sol, chuva, caminhadas, contato com lixo etc. “A pessoa tem que possuir uma certa aptidão para o trabalho” diz Anderson.

3.3- CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

Do universo da Empresa Enterpa, onde existem aproximadamente 60 mulheres garis, foi analisada uma amostra de 22 mulheres que atuam na limpeza pública (varrição), correspondendo a 35% do total das garis.

Neste trabalho a coleta de dados inicialmente se deu pela observação do ambiente de trabalho das participantes, alcançamos assim a proximidade social. A observação nos ajudou a familiarizarmos com o objeto de nossas pesquisas através do contato direto com a realidade de trabalho e com o perfil traçado das mulheres no decorrer da observação. Utilizamos entrevistas semi-estruturadas, com perguntas fechadas e abertas.

As perguntas fechadas abordaram os aspectos de identificação pessoal, habitação, escolaridade, renda familiar e as relações de trabalho, estas perguntas foram aplicadas pelas pesquisadoras, através de questionários, ou seja, perguntas previamente formuladas.

As perguntas abertas foram realizadas através de entrevistas. A entrevista aberta é utilizada quando o pesquisador deseja obter o maior número possível de informações sobre determinado tema, segundo a visão do entrevistado, e também para obter um maior detalhamento do assunto em questão. Ela é utilizada geralmente na descrição de casos individuais, na compreensão de especificidades culturais para determinados grupos e para a comparabilidade de diversos casos (MINAYO, 1993).

Durante a pesquisa observamos que as mulheres estiveram à vontade para responder as nossas perguntas. Procuramos mantê-las num clima de familiaridade,

já que como foi dito acima, antes de partirmos para as entrevistas, mantivemos contato com as trabalhadoras através da observação. Na visão de Bordieu (1999), o sociólogo deve fazer às vezes do parteiro, na maneira como ele ajuda o pesquisado a dar o seu depoimento, deixar o pesquisado se livrar de sua verdade. Esse autor considera que a entrevista é um exercício espiritual, é uma forma de o pesquisador acolher os problemas do pesquisado como se fossem seus. É olhar o outro e colocar-se no lugar dele.

Experimentamos desta experiência no momento em que ouvindo as entrevistadas, envolvemo-nos com suas vidas, seus problemas. Goldenberg (1997) assinala que para se realizar uma entrevista bem sucedida é necessário criar uma atmosfera amistosa e de confiança, não discordar das opiniões do entrevistado, tentar ser o mais neutro possível.

3.4 - APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS GRÁFICOS

3.4.1 QUEM SÃO AS TRABALHADORAS?



Figura 02 – As trabalhadoras de limpeza pública. Fonte: Pesquisa de campo, Nov. 2010.

ALGUNS DADOS DAS TRABALHADORAS

ORDEM DAS ENTREVISTADAS	IDADE	NATURALIDADE	ESTADO CIVIL
1ª	28 anos	Maranhão	Solteira
2ª	44 anos	Pará	União estável
3ª	25 anos	Amapá	Solteira
4ª	42 anos	Pará	União estável
5ª	47 anos	Maranhão	União estável
6ª	35 anos	Amapá	Solteira
7ª	41 anos	Mato Grosso	Solteira
8ª	31 anos	Amapá	Solteira
9ª	20 anos	Amapá	Solteira
10ª	45 anos	Amapá	Solteira
11ª	33 anos	Maranhão	Divorciada
12ª	47 anos	Amapá	Solteira
13ª	28 anos	Pará	Solteira
14ª	32 anos	Amapá	União estável
15ª	39 anos	Amapá	Solteira
16ª	40 anos	Amapá	União estável
17ª	22 anos	Amapá	União estável
18ª	35 anos	Amapá	Solteira
19ª	39 anos	Pará	Solteira
20ª	32 anos	Pará	Solteira
21ª	38 anos	Amapá	Viúva
22ª	38 anos	Pará	União estável

Fonte: Pesquisa de Campo, Nov. 2010

3.4.1.1 NATURALIDADE

As trabalhadoras que atuam na limpeza pública na cidade de Macapá 59%, nasceram no Amapá e 41% são oriundas de outros estados como mostra o gráfico abaixo:

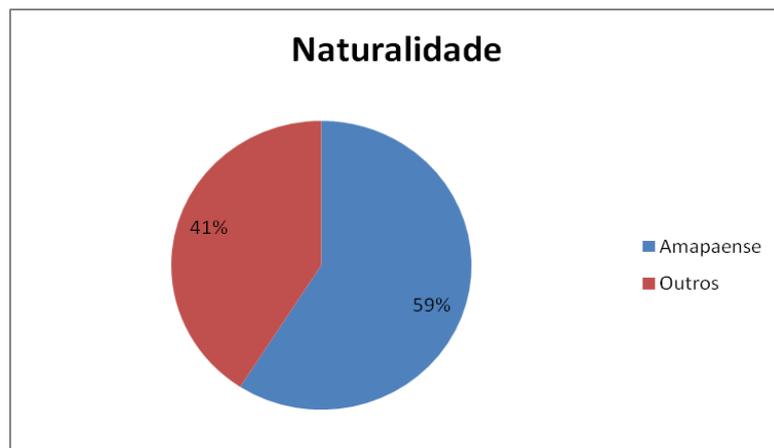


Gráfico 01: Pesquisa de Campo, Nov. 2010

3.4.1.2 FAIXA ETÁRIA

Com relação a faixa etária verificamos que aproximadamente 23% delas tem entre 20 e 29 anos, 45% entre 30 e 39 anos e 32% são de 40 a 49 anos. Observe o gráfico a seguir:

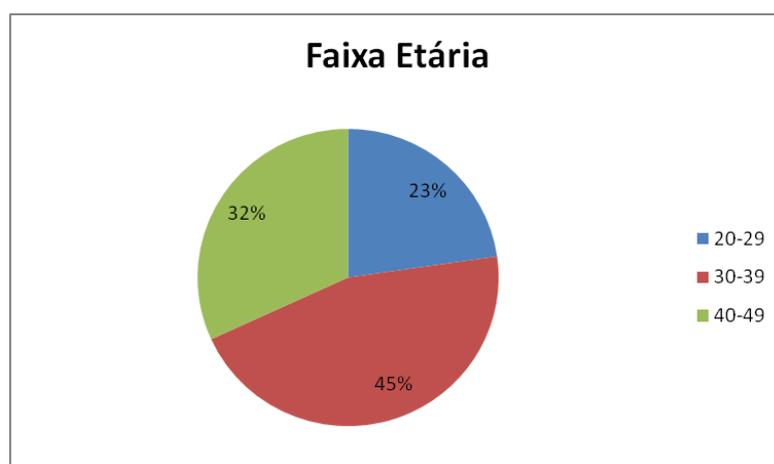


Gráfico 02: Pesquisa de Campo, Nov. 2010

3.4.1.3 ESTADO CIVIL

O gráfico abaixo apresenta a porcentagem do estado civil das participantes da pesquisa: 45% em união estável; 41% solteira; 9% divorciada e 5% viúva.

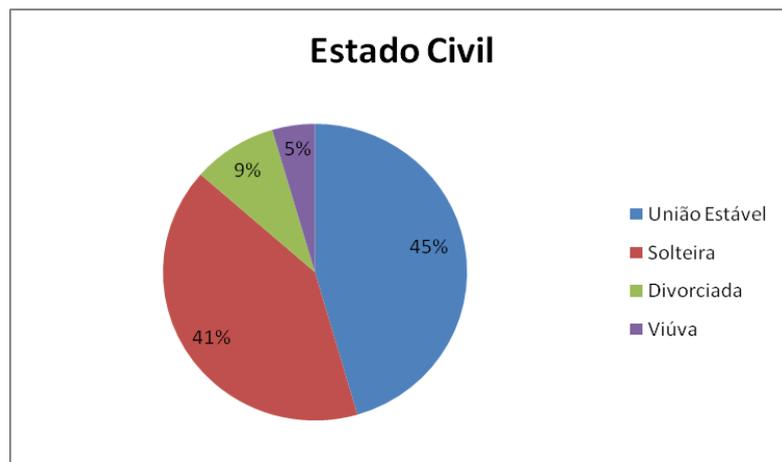


Gráfico 03: Pesquisa de Campo, Nov. 2010

Analisando o fato da variação de renda de cada entrevistada e fazendo relação com o estado civil de cada uma percebe-se que as mulheres com união estável, aquelas que são casadas ou que vivem com alguém, são as que ganham melhor, até porque seus companheiros também trabalham e assim contribuem com as despesas do lar, como é o caso da 9ª entrevistada:

Com certeza. O meu marido trabalha aqui também. (Trabalho de Campo, Nov. 2010)

Já as mulheres solteiras, grande parte, ganham apenas um salário, porque tem o seu emprego e não possuem outra atividade além desta, com exceção da 21ª entrevistada que disse ganhar mais de um salário, porque recebe pensão do marido já falecido:

Só o meu salário não dá, mas como recebo pensão, ajuda. (Trabalho de Campo, Nov. 2010)

As divorciadas recebem um salário, não casaram mais e sustentam sozinhas os filhos e as despesas da casa. E por última, apenas uma viúva que recebe de um a dois salários mensais, porque seus filhos já lhe ajudam em casa.

3.4.1.4 TEMPO DE SERVIÇO

O tempo de serviço das mulheres na limpeza pública oscilou e ficou dividido da seguinte forma: até um ano com 14%; até três anos 63% e mais de três anos 23%.

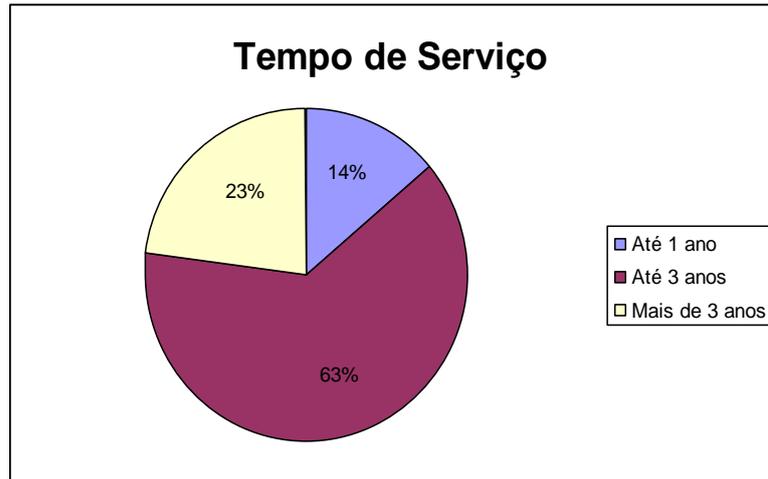


Gráfico 04: Pesquisa de Campo, Nov. 2010

Levando em consideração a idade e o tempo de serviço das mulheres participantes da pesquisa pode-se afirmar que para elas não importa a profissão e nem a idade que tem e sim que querem ter sua independência financeira, para criar os filhos e/ou para sustentar a casa.

Embora a profissão de gari seja, muitas vezes, humilhante para algumas, é uma profissão digna, pois é de onde conseguem suprir suas necessidades pessoais e manter o seu lar, verificamos isso na fala da 5ª entrevistada:

Sim. Se você controlar o quanto você ganha, aquele tanto mensal, porque 50% você tem que deixar para as despesas de casa, daí os outros 50% a gente paga as contas e guarda o resto. Porque o pobre passa aperto como qualquer outro. (Trabalho de Campo, Nov. 2010)

Vale destacar, que as mulheres com idade entre 20 e 29 anos, apesar de serem jovens na profissão, não pretendem parar de trabalhar, mas é claro que elas desejam um futuro profissional melhor, e veem que apenas conseguirão através dos estudos, a 13ª entrevistada afirma:

Eu pretendo me formar no meu curso de biologia, quem sabe fazer um curso de medicina depois que eu tiver formada. (Trabalho de Campo, Nov. 2010)

Já as mulheres entre 30 e 39 anos de idade algumas são solteiras e têm filhos, com isso torna-se cansativo além de trabalhar, cuidar da casa, ainda ter que estudar. E aquelas que têm entre 40 e 47 anos de idade, nessa profissão de gari, conseguem permanecer por muito tempo, visto que é muito difícil de conseguir outro emprego e algumas se acomodaram.

3.4.1.5 TIPO DE MORADIA

O gráfico abaixo mostra o tipo de moradia das mulheres, 54% moram em casa de alvenaria, 32% de madeira e 14% casas mistas.

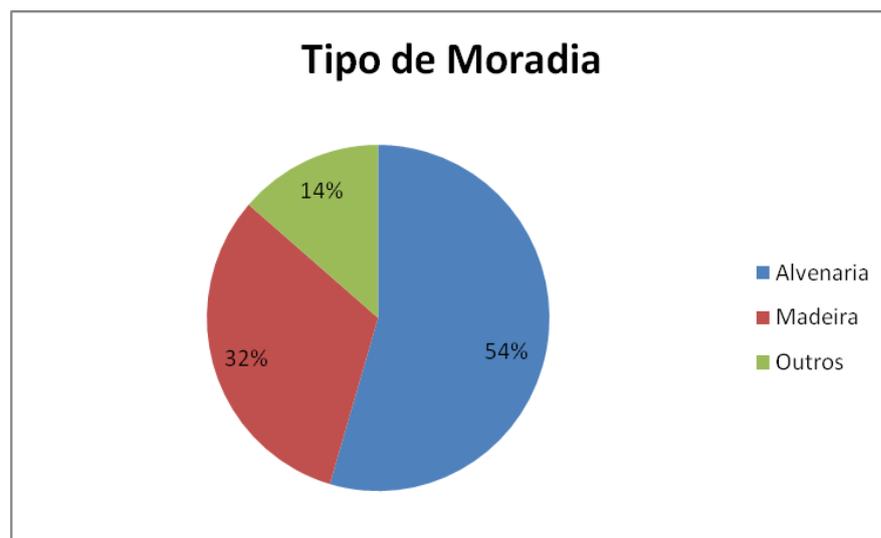


Gráfico 05: Pesquisa de Campo, Nov. 2010

3.4.1.6 RESIDÊNCIA

Quanto à residência: com 77% possuem casa própria, 14% pagam aluguel e 9% moram com outras pessoas, como mostra o gráfico a seguir:

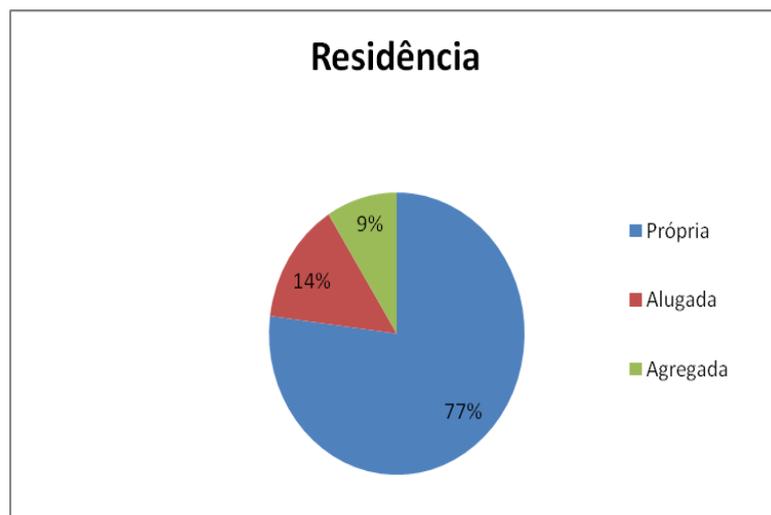


Gráfico 06: Pesquisa de Campo, Nov. 2010

3.4.1.7 RENDA FAMILIAR

Com relação à renda familiar foi contatado: das 22 entrevistas 59% apresentam uma renda média de um salário mínimo; 32% ganham entre 1 e 2 salários e 9% entre dois a três salários, como mostra o gráfico abaixo:

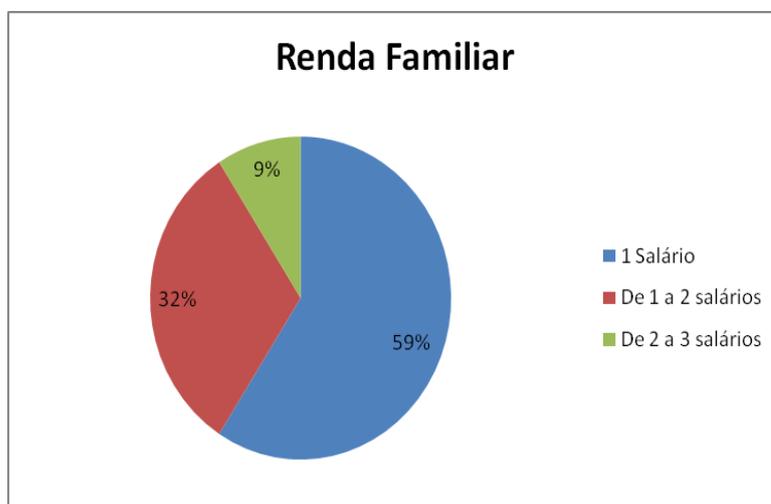


Gráfico 07: Pesquisa de Campo, Nov. 2010

3.4.2 ESCOLARIDADE

Quanto à escolaridade é possível perceber que os índices variam, ou seja, com relação ao ensino fundamental incompleto este é o maior dentre as porcentagens, com 50%. O ensino médio completo se apresenta com 18%. Já o

ensino fundamental completo, o ensino superior incompleto e o analfabetismo ficaram com 9 % cada.

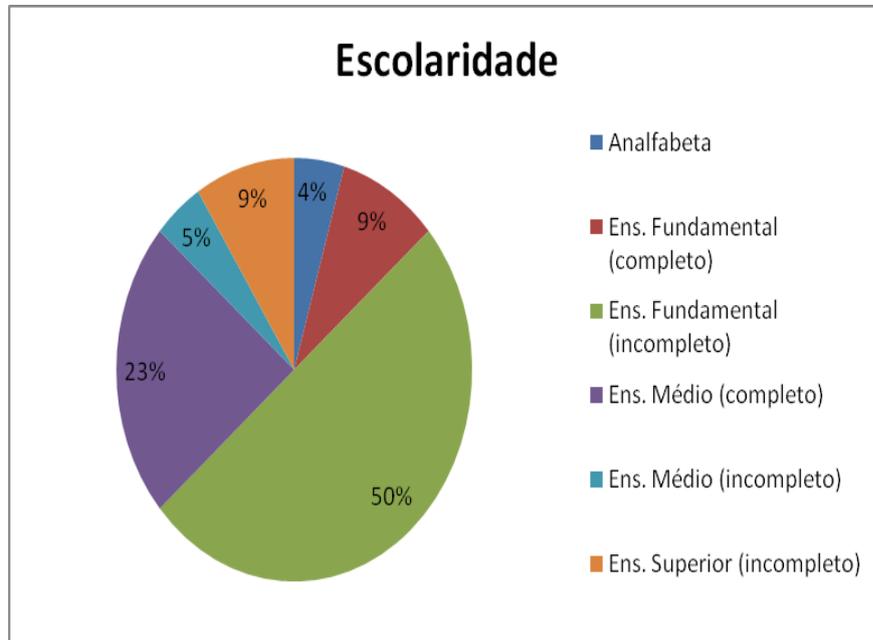


Gráfico 08: Pesquisa de Campo, Nov. 2010

Fazendo um paralelo com a naturalidade das entrevistadas, das 11 amapaenses: 5 tem o ensino fundamental incompleto, 4 o ensino médio completo, 1 ensino médio incompleto e 1 é analfabeta; e as 11 de outros estados: 6 tem o ensino fundamental incompleto, 2 ensino fundamental completo, 2 ensino superior incompleto e 1 é analfabeta. Esta análise se confirma com os dados de autores como Amorim (2004), que em seu artigo: *A mulher e a educação: da exclusão e ascensão, uma questão de gênero*, mostra que as mulheres no século XX encontram-se com 92,6% nas primeiras séries do ensino fundamental; 85% na educação básica e 40,8% no ensino superior..

3.4.3 CUIDADOS COM A SAUDE

Quando perguntadas se vão regularmente ao médico, 95% das entrevistadas responderam que sim e 5% responderam que não, como percebe-se no gráfico abaixo:

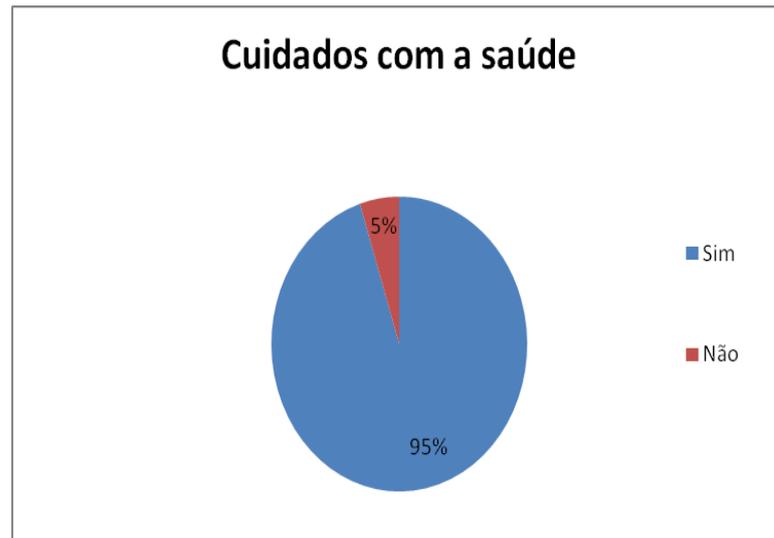


Gráfico 09: Pesquisa de Campo, Nov. 2010

É interessante ver que as mulheres realmente se preocupam em ter uma atenção especial com a sua saúde e de sua família. O fato que ajuda neste alto índice de mulheres se cuidando é devido à parceria que a empresa possui com o SESC, muitas delas tem feito, por exemplo, tratamento odontológico e preventivo (PCCU).

É importante salientar também que a empresa se preocupa com suas funcionárias e com isso, algumas têm aproveitado estes momentos, como percebemos na fala da 7ª e 9ª entrevistadas, respectivamente:

Com certeza! Quando preciso peço pro fiscal, peço uma folga e pago no domingo. (Trabalho de Campo, Nov. 2010)

Vou ao médico, ao dentista, meu filho vai ao dentista. Posso trazer um atestado ou qualquer outro documento que comprove que eu fui ao médico e trabalho no domingo. (Trabalho de Campo, Nov. 2010)

Entretanto percebe-se que as que responderam que não vão regularmente ao médico demonstram desconhecimento da importância de cuidar de sua saúde e em contrapartida da saúde de sua família, como a 19ª entrevistada:

Não suporto hospital, por isso raramente eu vou. (Trabalho de Campo, Nov. 2010)

3.4.4 RENDA MENSAL

Como se pode verificar no gráfico abaixo, 64% das entrevistadas responderam que a renda mensal é suficiente e 36% disseram que sua renda é insuficiente para custear os gastos mensais.

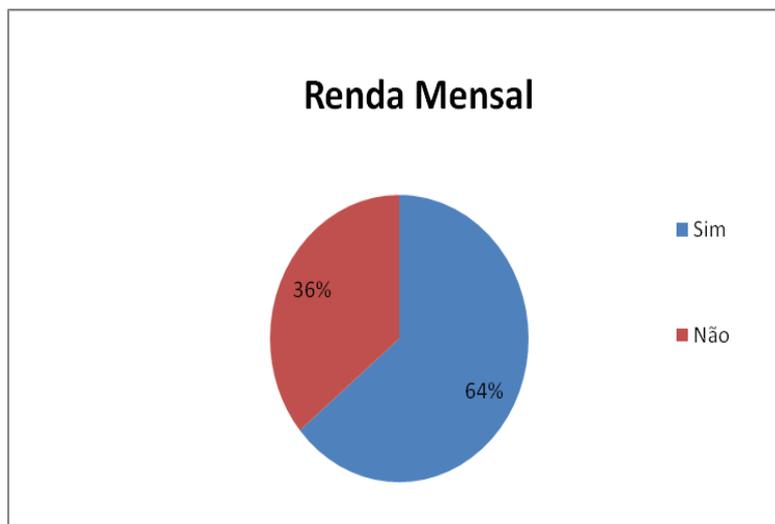


Gráfico 10: Pesquisa de Campo, Nov. 2010

Das que responderam de forma afirmativa sobre a suficiência da renda, destaca-se a seguinte:

É. Não fazendo conta né? não adianta a gente fazer uma conta mais do que o salário da gente. (Trabalho de Campo, Nov. 2010)

O que se percebe por parte dessas funcionárias da limpeza é um conformismo em relação ao baixo salário que recebem, restando a elas se organizarem o quanto podem para passar o mês com o mínimo necessário.

Chama a atenção que esse conformismo é percebido também entre as que responderam que a renda não é suficiente, mas não veem possibilidades de mudanças, como se pode perceber na fala da 4ª entrevistada:

Não. Eu sinto que é pouco. Tem vezes que eu fico sem nenhum centavo, porque vem variado o nosso salário. Mas, o que a gente vai fazer? (Trabalho de Campo, Nov. 2010)

As entrevistadas 6ª e 7ª, respectivamente, expressam com lamento sobre o baixo salário:

Não. Porque tenho cinco filhos, aí R\$700 pra família toda. Nem sempre cobre a necessidade. (Trabalho de Campo, Nov. 2010)

Não. Podia ser um pouquinho mais, né? A gente trabalha tanto pra só um pouquinho”. (Trabalho de Campo, Nov. 2010)

3.4.5 SATISFAÇÃO PROFISSIONAL



Gráfico 11: Pesquisa de Campo, Nov. 2010

Quando perguntado as trabalhadoras se gostam do trabalho e indagando-as o porquê da resposta positiva ou negativa, 36 % responderam que não gostam do trabalho, enquanto que 64% responderam que sim, gostam.

Analisando as respostas das entrevistadas concluímos que elas reconhecem o valor do trabalho, pois através dele são supridas suas necessidades materiais, como afirma a 4^o entrevistada:

Gosto porque é daqui que tiro o meu sustento, o meu dinheiro. E quando eu chego a falhar é porque eu to muito doente do meu joelho mais assim mesmo eu venho. (Trabalho de Campo, Nov. 2010)

Mas apesar da necessidade, muitas afirmam não gostar como, por exemplo, a 8^a entrevistada:

Não. Na verdade eu não gosto de trabalhar (risos). Seu eu disser que gosto, to mentindo”. (Trabalho de Campo, Nov. 2010)

3.4.6 CONDIÇÕES DO TRABALHO

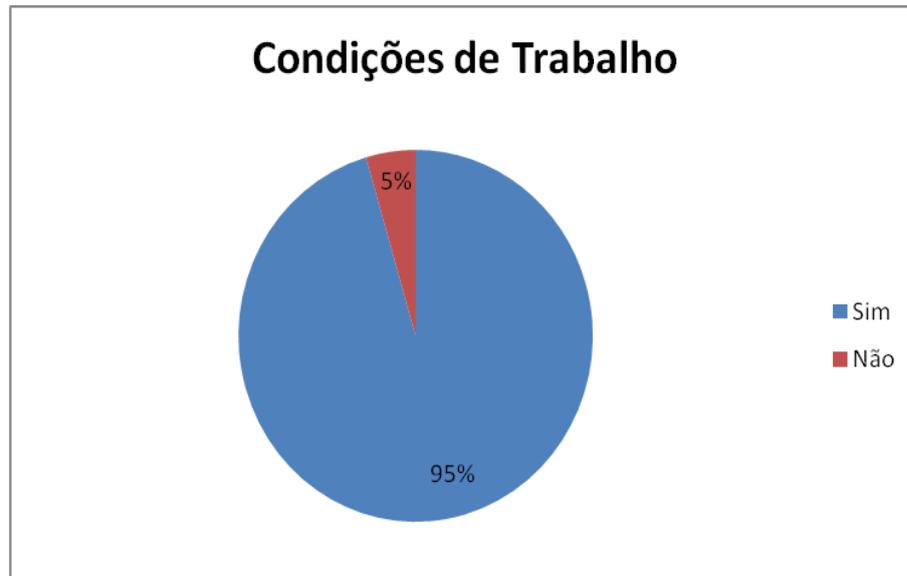


Gráfico 12: Pesquisa de Campo, Nov. 2010

Sobre as condições de trabalho 95% das trabalhadoras disseram possuir boas condições no que diz respeito ao fornecimento de materiais necessários para proteção pessoal e para o bom desenvolvimento e qualidade do trabalho. Apenas 5% disseram não possuir boas condições. A 12ª entrevistada afirmou:

Não. Falta o óculos. (Trabalho de Campo, Nov. 2010)

3.4.7 RECONHECIMENTO DO TRABALHO PELA SOCIEDADE

A exclusão social de acordo com Dupas, (1999), em sua essência, é multidimensional, manifesta-se de várias maneiras e atinge as sociedades de forma diferente, sendo os países pobres afetados com maior profundidade. Ao analisarmos as respostas das entrevistadas deparamo-nos com a exclusão social sofrida por elas, pelo motivo de trabalharem “na rua”, varrendo as calçadas, praças, pegando em lixo... Desta forma, ao serem perguntadas se acreditam que seu trabalho é respeitado pela sociedade, 86% responderam que não, enquanto que 13% responderam que sim como mostra o gráfico abaixo:



Gráfico 13: Pesquisa de Campo, Nov. 2010

Respondendo negativamente, a 5^o entrevistada afirmou indignada:

Não. Porque ele é um trabalho que é muito discriminado por algumas pessoas. Então se ele fosse respeitado, eu acho que agente não sofriria discriminação de tamanho nenhum, não importa assim... se fosse classe média, que a gente fosse respeitado. Eles te olham de um jeito meio estranho, se você estiver vestido assim, eles passam vão por longe. Parece que tem nojo. E às vezes assim a gente não se sente muito bem. (...) Eu não importo o que eles tão achando de mim, o que importa é que eu to trabalhando e que é um trabalho digno. Se eles não respeitam a gente tem que respeitar. (Trabalho de Campo, Nov. 2010)

Bourdieu (1999) cita que os pesquisados geralmente aproveitam sua condição para se fazer ouvir, levando aos outros suas experiências e muitas vezes é até uma ocasião para eles se explicarem, isto é construir seu próprio ponto de vista sobre eles mesmos e sobre o mundo. Por vezes esses discursos são densos, intensos e dolorosos e dão um certo alívio ao pesquisado.

A 17^a entrevistada também afirma que seu trabalho não é respeitado:

Não é respeitado pela sociedade. Porque tem gente que vê que ta limpo num local, eles tão vendo que agente ta varrendo e só faltam jogar o lixo em cima da gente. Eles tão vendo que a gente ta limpando a cidade pra eles, daí eles vão lá e sujam. É isso que é a nossa revolta as vezes, mas a gente ta trabalhando pra isso, pra cidade limpa. (Trabalho de Campo, Nov. 2010)

3.4.8- QUANTO À VAIDADE

A vaidade é um sinal de harmonia com a auto-estima. Na pesquisa 64 % das mulheres consideram-se vaidosas, enquanto que 36% afirmam não possuir vaidade.

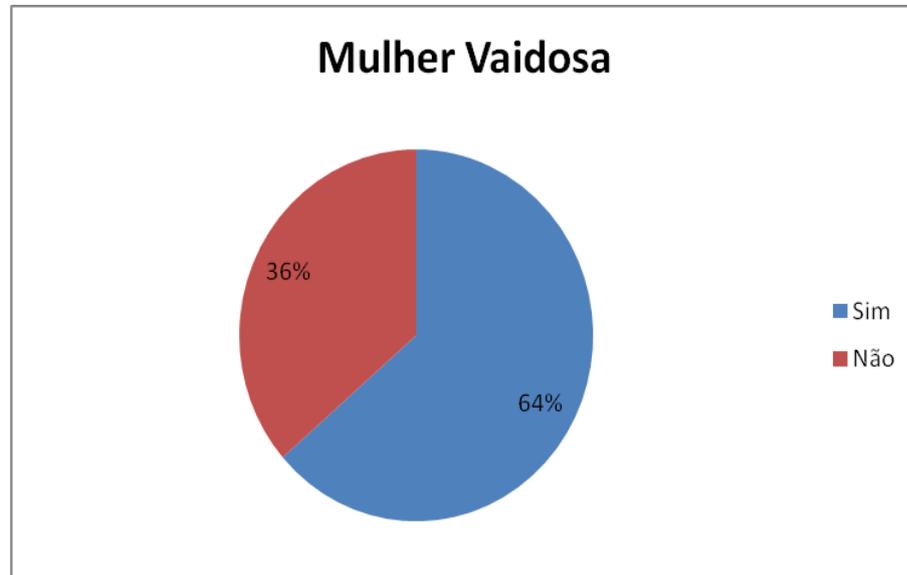


Gráfico 14: Pesquisa de Campo, Nov. 2010

A 22ª entrevistada responde:

Sim. Porque agente usa um brinco, passa um batom, um lápis. (Trabalho de Campo, Nov. 2010)

A 20ª entrevistada também se considera vaidosa:

Com certeza. Eu não sei por que acho que a mulher tem que ser vaidosa, ficar bonita, gostar de se amar, ela mesma. (Trabalho de Campo, Nov. 2010)

Apesar da maioria, algumas trabalhadoras não se dizem vaidosas como a 4ª entrevistada:

Não. Não gosto. Eu não gosto mesmo. Eu nasci no evangelho, de primeiro o evangelho era muito rígido, agora que não. Mesmo assim eu não gosto. Às vezes até meus filhos dizem pra mim pintar a unha, passar um batom. Mas eu compro pras minhas filhas, fica pra elas. (Trabalho de Campo, Nov. 2010)

A 6ª entrevistada é breve na declaração:

Não. Sou simples. (Trabalho de Campo, Nov. 2010)

3.4.9 FUTURO PROFISSIONAL E SONHOS

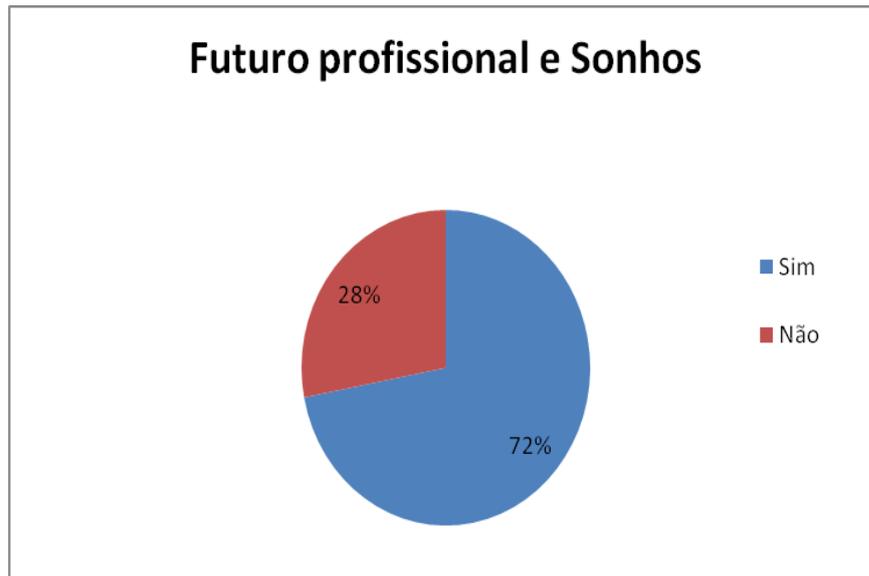


Gráfico 15: Pesquisa de Campo, Nov. 2010

Com esta última pergunta da entrevista dá para analisar o perfil das mulheres quanto o que pensam de suas vidas profissional, familiar e/ou particular. 72% responderam que desejam ter um futuro profissional melhor.

O meu maior sonho é que eu quero aprender a ler. Eu tenho muita vontade de aprender a ler. Ter uma outra profissão melhor, numa outra empresa. (Trabalho de Campo, Nov. 2010)

Esta senhora, super-simpática, uma senhora que passa muita alegria, muita força de vontade para alcançar este sonho e isso chamou atenção. Apesar de morar longe da empresa (Vila do Coração) e depois de terminada a sua jornada de labor, todos os dias, ela mostra o seu bom-humor e a grande aspiração em ir estudar depois do trabalho, já que ela trabalha de dia e estuda a noite.

Essa mesma aspiração profissional percebe-se na 3ª entrevistada:

O que eu queria mesmo é ser da Polícia Militar, saber se no tamanho eu vou passar né? Esse que é o negócio. (Trabalho de Campo, Nov. 2010)

É uma funcionária que estuda a noite, mora no bairro Infraero I, tem um olhar triste quando fala sobre sua família, até porque seus cinco filhos moram com sua mãe e ela mora com o seu marido na casa do tio, mas que ainda sonha com outro futuro profissional, não pensa em permanecer neste trabalho por muito tempo.

Em contrapartida algumas entrevistadas demonstram não ter nenhuma perspectiva para o seu futuro profissional. Das entrevistadas, 28% não manifestam sentimento quanto ao futuro profissional e/ou não tem sonhos, como a 5ª e 10ª entrevistadas respectivamente:

Não tenho sonho. Não consigo me vê em outro trabalho. (Trabalho de Campo, Nov. 2010)

O que eu tenho é pros meus filhos, quero que eles tenham uma faculdade. Mas um sonho meu, eu não tenho. Eu já sou velha! Como é que eu posso ter sonho? Então eu não posso ter sonho mais. (Trabalho de Campo, Nov. 2010)

Os sonhos das entrevistadas são os mais variados como: ter a sua casa própria; dá um conforto melhor para seus filhos; ser bióloga; ou professora de francês; ou policial; terminar os estudos.

4. CONSIDERAÇÕES

A partir das leituras e pesquisas bibliográficas sobre a história das mulheres, principalmente nos séculos XVIII e XIX, foi descrito como as mulheres conquistaram o seu espaço no mercado de trabalho e também analisado o perfil socioeconômico das trabalhadoras que atuam na limpeza pública da cidade de Macapá, conhecidas como garis.

Durante esse percurso, foi estudada a intensidade que se deu a ascensão e inserção da mulher no mercado de trabalho. No passado é visto a submissão rigorosa que todas tinham, primeiramente, aos pais, posteriormente ao marido e também à igreja. Porém com o passar dos anos a mulher começou a realizar atividades profissionais e assim conquistando a sua independência financeira. Mas para todas essas conquistas, inicialmente, ela foi ganhando espaço no meio educacional.

No contexto histórico, a mulher sentiu a necessidade de trabalhar devido as I e II Guerras Mundiais, pois muitos homens ficaram impossibilitados de trabalhar e outros morreram. Com isso, as mulheres tomaram a posição dos homens no mercado de trabalho. (PROBST, 2004)

Segundo Bianchini (2010) a partir deste momento iniciou-se a exploração do trabalho feminino: o salário destinado às mulheres era recebido pela metade, pois somente os homens podiam tê-lo por inteiro, tinha-se a idéia que elas eram providas por eles.

No século XIX ocorreram os movimentos reivindicatórios e revolucionários. O que acontece é que são percebidas e analisadas as relações de produção do sistema capitalista que identifica a existência da condição da mulher integrante das relações de exploração na sociedade de classes.

Bianchini (2010, p.2) afirma:

Foi entre os anos de 1930 e 1940 que, formalmente, as reivindicações das mulheres começaram a ser absorvidas, de alguma forma, tanto pelo sistema capitalista como pelo socialista (...). A partir daí elas puderam votar e ser votadas, ingressar nas instituições escolares, participar do mercado de trabalho.

Partindo pra outro objetivo do trabalho, com relação às mulheres garis, foi realizado um levantamento socioeconômico: uma entrevista e um questionário traçando aspectos sobre a identificação pessoal; habitacional; escolaridade; profissional; renda mensal; condições de trabalho; direitos trabalhistas e sonhos. Contudo, pôde ser visto também o ambiente de trabalho delas e como se sentem perante a sociedade.

A realidade dessas mulheres com relação ao local de trabalho, não é diferente. Muitas trabalham de dia e outras a noite. Possuem dupla jornada de trabalho, ou seja, além de trabalharem limpando as ruas e avenidas da cidade tem os afazeres domésticos (cuidar dos filhos, da casa), além do mais, algumas com grande força de vontade ainda estudam após essas atividades.

Contudo, a profissão de gari demonstra ser realizado com muita garra, tendo que enfrentar o sol, a chuva, sono da noite, o preconceito ante a sociedade, e, disfarçando muitas vezes, a fome (porque desde que iniciam o seu labor, muitas não tem um café-da-manhã digno e/ou uma alimentação adequada no horário do intervalo, as vezes, não tendo dinheiro suficiente para comprar um simples lanche ou uma refeição), para realizarem o seu trabalho mais dignamente, que é deixar a cidade mais limpa.

Claro que fatos como esses aconteceram diante dos contatos indiretos, a possível neutralidade durante as observações iniciais e em conversas informais, não induzindo as entrevistadas às respostas que um observador quer ter, porém pertinentes de ser enfatizado e desvendado assim, a verdadeira identidade oculta dessas trabalhadoras.

REFERÊNCIAS

ALBORNOZ, S. **O que é trabalho**. 6º ed. São Paulo: Brasiliense, 1994

ALMEIDA, Manoel. **O dia do Gari**. Disponível em: <http://www.velhosamigos.com.br/datas especiais.html>. Acesso: 12 de set. 2010

AMORIM, Judite. **A mulher e a educação: da exclusão a ascensão, uma questão de gênero**. II Seminário Nacional: gênero e práticas culturais. 2010

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. Trad. Roberto Raposo. 11 ed. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2010

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Informação e documentação**: referências – elaboração: 6023: 2002. Rio de Janeiro, 2002.

BARDWICK, Judith. **Mulher Sociedade Transição**. Trad. Wanda de Oliveira Roselli. São Paulo: Difel, 1981.

BASSANEZI, Carla. **Mulheres dos anos dourados**. In: PRIORE, M. D; BASSANEZI, C. História das mulheres no Brasil. 2ªed. São Paulo: Contexto, 2000.

BIANCHINI, Alice. **A luta por direitos das mulheres sobre as origens do feminismo**. Disponível em: <<http://www.parana-online.com.br>>. Acesso em: 28 de out de 2010.

BOURDIEU, Pierre. **A miséria do mundo**. Tradução de Mateus S. Soares. 3ª edição. Petrópolis: Vozes, 1999.

BRASIL. **Lei nº 11340 de 07 de agosto de 2006**. Coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 de ago de 2006

BRUSCHINI, Cristina. **Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não-remunerado**. Rev. bras. estud. popul. [online]. 2006, vol.23, n.2, pp. 331-353.

_____. **Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos**. São Paulo: abril, 2007. Disponível em: <http://www.fcc.org.br/seminario;bruschini.pdf>. Acesso em: 20 set. 2010

CARLOTO, Maria Cássia. **O conceito de gênero e sua importância para a análise das relações sociais**. Disponível em: http://www.ssrevista.uel.br/c_v3n2_genero.htm. Acessado em: 28 out. 2010

DUPAS, Gilberto. **Economia global e exclusão social**. Paz e Terra, São Paulo:1999.

ETHOS, Instituto. **Condenada por ser mulher**. Observatório Social em Revista, Florianópolis, v. 3, n. 5, p. 7, março. 2004.

FILHO, R. M. **Reflexões sobre o homem e o trabalho**. Revista de Administração de Empresa – ERA, São Paulo: Fundação Getúlio Vargas. 1994.

FISCHER, I. R., MARQUES, F. **Trabalho para discussão: gêneros e exclusão Social**. n. 113/2001- agosto 2001- Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/tpd/113.html> Pesquisado em 02 out. 2010.

Fundação Carlos Chagas. **Mulheres no mercado de trabalho: grandes números**. São Paulo: 2007. Disponível em: http://www.fcc.org.br/mulher/series_historicas. Acesso em: 25 set. 2010.

_____. **Mulheres Brasileiras, Educação e Trabalho**. São Paulo: 2007. Disponível em: http://www.fcc.org.br/mulher/series_historicas/mbet.html Acesso em: 28 out. 2010.

FREIRE, Nilcéa. Políticas públicas para mudar o cotidiano da mulher brasileira. **Observatório Social em Revista**, Florianópolis, v.3, n.5, p. 42-43, março.2004.

FREYRE, Gilberto. Casa Grande & Senzala. 51 ed. São Paulo: Global Editora, 2007.

GALVÃO, Lígia. Mulher no mercado de trabalho. São Paulo: 2010. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/informe-se/artigos/mulher-no-mercado-de-trabalho/21870/>> pesquisado em: 28 out.

GIDDENS, A. **Sociologia**. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar – como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 1997.

IZQUIERDO, N. J. Bases materiais del sistema. Sexo/ gênero. São Paulo: sof, 1993.

In:

CARLOTO, Maria Cássia. **O conceito de gênero e sua importância para a análise das relações sociais**. Disponível em:<http://www.ssrevista.uel.br/c_v3n2_genero.htm>. Acessado em: 28 out. 2010

JAKOBSEN, A. (Org.). A mulher na política. In: **Observatório Social em Revista**, Florianópolis, v.3, n.5, p. 51, março.2004.

JOFFILY, Olivia Rangel. Mulher e educação: A ideologia da submissão. **Mátria: a emancipação da mulher**, Brasília, CNTE – Confederação Nacional em Educação, p. 9-10. Março. 2004

LABRA, Maria Eliana. **Mulher, saúde e sociedade no Brasil**. Petrópolis: vozes, 1989

MARX, Karl. **O Capital**. Edição resumida por Julian Borchardt. Trad. Ronaldo Alves Schmidt. 7º ed. Rio de Janeiro: LTC, 1982.

MELO, M.C.O. et al. **A percepção de gerentes homens e mulheres sobre suas práticas de gestão**. In: Colóquio Internacional do poder local, 10. Salvador: UFBA, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento científico: pesquisa qualitativa em saúde**. 2º ed. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 1993.

NASCIMENTO, Jorge. **As conquistas das Mulheres**. Disponível em: <http://shvoeng.com/social_sciences>. Acesso em: 24 de out. 2010

PATRICIO, Daniela Silva. **Gênero e trabalho. As novas formas de (re) inserção das mulheres no mercado de trabalho**. São Paulo: 2010. Disponível em:

PAIVA, K. C. **O trabalho na sociedade contemporânea: inserção e ascensão da mulher no mercado de trabalho**. Belo Horizonte: Novos Horizontes, 2007. Disponível em: <www.crea-mg.org.br>. Acesso em: 28 Out. 2010.

PRIORE, Mary Del; BASSANEZI, Carla. **Histórias das mulheres no Brasil**. 2º ed. São Paulo: Contexto, 2000.

PROBST, Elisiana. **A Evolução da mulher no mercado de trabalho**. Disponível em : <<http://icpg/artigos/rev02-05>>. Acesso em: 25 de set. 2010

RAGO, Margareth. **Trabalho feminino e sexualidade**. In: PRIORE, M. D; BASSANEZI. História das mulheres no Brasil. 2ºed. São Paulo: Contexto, 2000.

SAFFIOTI, H. I. B. **Rearticulando gênero e classe racial**. São Paulo: Rosa dos Tempos, 1992.

SACKS, Karen. Engels Revisitado: **a mulher, a organização da produção e a propriedade privada**. In: ROSALDO, M0.Z; LAMPHERE,L. (Orgs) Mulher Cultura Sociedade. Trad. Cila Ankier e Rachel Gorenstein. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

SANCHES, Solange. **As mulheres no mercado de trabalho brasileiro: desigualdade e mudança**. Observatório Social em Revista, Florianópolis, v.3, n.5, p. 51, março.2004.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para a análise histórica.** Educação e realidade. v. 20, 1995. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/tpd/113.html> Acesso em: 28 out. 2010

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 23. ed. ver.e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

TELLES, Norma. **Escritoras, escritas, escrituras.** In: PRIORE, Mary Del; BASSANEZI, Carla. Histórias das mulheres no Brasil. 2º ed. São Paulo: Contexto, 2000.

ZILLI, Susan Mara. **Mulher, discriminação, e direito ao trabalho.** Observatório Social em Revista, Florianópolis, v.3, n.5, p. 54-55, março. 2004.

ANEXOS

UNIFAP - UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
CAMPUS MARCO ZERO
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
ORIENTADOR: MANOEL DE JESUS DE SOUZA PINTO

LEVANTAMENTO SÓCIO-ECONÔMICO DAS MULHERES QUE ATUAM NA LIMPEZA PÚBLICA NA CIDADE DE MACAPÁ

QUESTIONÁRIO

I – IDENTIFICAÇÃO:

Nome: _____ Idade: _____ Estado Civil: _____
 Naturalidade: _____ Há quantos anos reside aqui: _____
 Bairro: _____

II – ASPECTOS HABITACIONAIS

2.1 Tipo de Moradia: () alvenaria () madeira () barro () outros

2.2 Moradia: () Própria () alugada () agregado ()
 outros _____

2.3 Com quem você mora? () pais/parentes () esposo/filhos () amigos ()
)sozinha

III- ESCOLARIDADE:

3.1 Qual o seu grau de escolaridade?

Analfabeta () Ensino. Fundamental: _____ Ens. Médio: _____ Ens. Superior:
 () Completo () Incompleto () Compl. () Incom. () Compl. ()
 Incom.

3.2 Possui algum curso profissionalizante? () Sim () Não

Qual? _____

IV- ASPECTOS PROFISSIONAIS

4.1 Quanto tempo você trabalha com limpeza pública?

4.2 Tem carteira de trabalho assinada? () Sim () Não

4.3 Você vem para a empresa: () Direto da escola () de casa () de outro
 trabalho

4.4 Você utiliza algum meio de transporte para vir à empresa? () Sim () Não Qual?

4.5 Você é sindicalizada? () Sim () Não

V –RENDA MENSAL

5.1 Qual a renda mensal de sua família? () Um salário () De 1 a 2 sal. () De 3 a
 4 salários

5.2 Possui outra atividade remunerada? () Sim () Não Qual?

5.2.1 Se possuir, qual a jornada de trabalho? _____

5.3 Se casada, o companheiro colabora na renda familiar? () Sim () Não

UNIFAP - UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
CAMPUS MARCO ZERO
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
ORIENTADOR: MANOEL DE JESUS DE SOUZA PINTO

LEVANTAMENTO SÓCIO-ECONÔMICO DAS MULHERES QUE ATUAM NA LIMPEZA PÚBLICA NA CIDADE DE MACAPÁ

ENTREVISTA

1. COMO É SUA CARGA HORÁRIA?
2. VOCÊ GOSTA DO SEU TRABALHO? POR QUÊ?
3. VOCÊ CONSIDERA QUE POSSUI BOAS CONDIÇÕES DE TRABALHO? (UTILIZA LUVAS, MÁSCARAS, TRABALHA COM MATERIAL SUFICIENTE?)
4. VOCÊ ACREDITA QUE SEUS DIREITOS TRABALHISTAS SÃO RESPEITADOS? (POSSUI FÉRIAS REMUNERADAS, CONCESSÃO DE LICENÇA MÉDICA QUANDO NECESSÁRIO ETC.)
5. O SEU TRABALHO É RESPEITADO PELA SOCIEDADE? POR QUÊ?
6. VOCÊ SE CONSIDERA UMA MULHER VAIDOSA? POR QUÊ?
7. VOCÊ VAI REGULARMENTE AO MÉDICO? CUIDA DA SUA SAÚDE? E SUA FAMÍLIA?
8. SUA RENDA MENSAL É SUFICIENTE?
9. O QUE VOCÊ DESEJA PARA SEU FUTURO PROFISSIONAL? QUAIS SEUS SONHOS?
10. OBSERVAÇÕES

FOTOS DAS TRABALHADORAS



FOTO 03: As trabalhadoras de limpeza pública. Fonte: Pesquisa de campo, Nov. 2010.



FOTO 04: As trabalhadoras de limpeza pública. Fonte: Pesquisa de campo, Nov. 2010.



FOTO 05: As trabalhadoras de limpeza pública. Fonte: Pesquisa de campo, Nov. 2010.



FOTO 06: As trabalhadoras de limpeza pública. Fonte: Pesquisa de campo, Nov. 2010.



FOTO 07: As trabalhadoras de limpeza pública. Fonte: Pesquisa de campo, Nov. 2010.



FOTO 08: As trabalhadoras de limpeza pública. Fonte: Pesquisa de campo, Nov. 2010.



FOTO 09: As trabalhadoras de limpeza pública. Fonte: Pesquisa de campo, Nov. 2010.



FOTOS 10 e 11: As trabalhadoras de limpeza pública. Fonte: Pesquisa de campo, Nov. 2010.